

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

RESOLUÇÃO CEPE - Nº 2023.83

Aprova Projeto Pedagógico do novo Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, da UEPG.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, na reunião do dia 28 de novembro de 2023, *considerando* os termos do expediente protocolado sob nº 23.000068563-6, de 01.11.2023, que foi analisado pela Câmara de Graduação, através do Parecer deste Conselho sob nº 2023.103, *aprovou* e eu, Vice-Reitor, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do novo Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, na forma do *Anexo* que passa a integrar este ato legal.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.



Documento assinado eletronicamente por **Ivo Mottin Demiate, Vice-reitor**, em 30/11/2023, às 12:12, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **1738364** e o código CRC **36AF1BBA**.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Atos Legais

A UEPG foi criada pelo Governo do Estado do Paraná, por meio da Lei nº 6.034, de 06 de novembro de 1969, e Decreto no 18.111, de 28 de janeiro de 1970. Foi reconhecida pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 73.269, de 07/12/73 que, simultaneamente, aprovou seu Estatuto, o Regimento Geral e o Plano de Reestruturação.

1.2 Endereço

Página: <http://portal.uepg.br/>

Fone: (42) 3220-3000

Campus Uvaranas - Av. General Carlos Cavalcanti, 4748, CEP 84030-900 - Ponta Grossa – Paraná.

Campus Central - Praça Santos Andrade, 1 – CEP 84010-790 - Ponta Grossa – Paraná

1.3 Perfil e Missão da IES

A finalidade da UEPG, enquanto Instituição de Ensino Superior do Estado do Paraná, autarquia de direito público e que baliza seus objetivos estratégicos, táticos e operacionais consiste em proporcionar à sociedade meios para dominar, ampliar, cultivar, aplicar e difundir o patrimônio universal do saber humano, capacitando todos os seus integrantes a atuar como força transformadora. Tal finalidade se sintetiza na ideia de ação unitária entre o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão. Deste modo, a Universidade está comprometida com a educação integral do estudante, preparando-o para:

- Exercer profissões de nível superior;
- Praticar e desenvolver ciência;
- Valorizar as múltiplas formas de conhecimento e expressão, técnicas e científicas, artísticas e culturais;
- Exercer a cidadania;
- Refletir criticamente sobre a sociedade em que vive;
- Participar do esforço de superação das desigualdades sociais e regionais;
- Assumir o compromisso com a construção de uma sociedade socialmente justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação de classe, gênero, etnia ou nacionalidade;
- Lutar pela universalização da cidadania e pela consolidação da democracia;
- Contribuir para a solidariedade nacional e internacional.

1.4 Dados Socioeconômicos da Região

A UEPG vem desempenhando, desde a década de 1960, o papel de pólo irradiador de conhecimento e de cultura da região centro-sul do Paraná, desenvolvendo o ensino de Graduação e Pós-graduação, a pesquisa e a extensão.

Com sede em Ponta Grossa, município paranaense distante 117,70 km da capital Curitiba, com uma população estimada em 2017, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2022), de aproximadamente 350 mil habitantes, tendo índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de 0,763, e densidade demográfica igual a 174,41 hab/km², a UEPG busca atender as demandas da cidade e região.



Em termos de mapeamento das unidades territoriais, Ponta Grossa pertence à Mesorregião do Centro Oriental paranaense, composta pelas cidades de Arapoti, Carambeí, Castro, Imbaú, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Reserva, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

Em termos fitogeográficos, Ponta Grossa pertence aos Campos Gerais, abrangendo os campos limpos e os campos cerrados naturais situados na margem do Segundo Planalto Paranaense (MAACK, 1948) (MELO, MORO e GUIMARÃES, 2014). Destacam-se no relevo regional a Escarpa Devoniana, o Canyon do Guartelá e outros sítios como arroios em leito rochoso, cachoeiras, matas-ciliares, furnas, gargantas e despenhadeiros (MELO, MORO e GUIMARÃES, 2014); com evidência para o Parque Estadual de Vila Velha, em Ponta Grossa.

Conhecida também como "Princesa dos Campos Gerais", Ponta Grossa é a 4ª (quarta) cidade mais populosa do Paraná e a 76ª (septuagésima sexta) do Brasil (IBGE, 2022).

Embora a sede da Universidade Estadual de Ponta Grossa seja no próprio município, a área de influência se estende por vários municípios paranaenses. Grande parte das comunidades pertencem às microrregiões dos Campos Gerais e dos campos de Jaguariaíva, formada por vasta superfície de estepes por onde atravessaram os tropeiros, que percorriam os caminhos das tropas, ligando Viamão (RS) a Sorocaba (SP).

A invernada de bois e tropas de muars marcaram fortemente a economia desse espaço geográfico desde os séculos XVII e XIX até a chegada das ferrovias, na virada do século. A partir daí a excepcional posição geográfica de suas cidades permitiu o desenvolvimento de atividades industriais, alimentadas pelo sistema de transportes, possibilitando que Ponta Grossa, Jaguariaíva, Irati e União da Vitória se transformassem em polos industriais de referência, o que ainda hoje se reflete na vitalidade do setor secundário nestes municípios.

É reconhecida a importância do polo agroindustrial de Ponta Grossa (esmagamento de soja, moinhos de trigo, fábricas de cerveja, de massas alimentícias, além de um forte segmento metal-mecânico). Quanto aos municípios de Telêmaco Borba, Jaguariaíva e Arapoti, estes se destacam por concentrar, a partir dos anos 1940, significativo percentual das indústrias brasileiras de papel, celulose e madeira. Portanto, a transformação industrial da região dos Campos Gerais está diretamente vinculada às empresas de processamento direto de produtos oriundos da agricultura, pecuária e floresta.

Para que esse setor primário pudesse garantir, de forma planejada e sustentável, o fornecimento de matéria prima ao setor secundário (indústrias da região), foi fundamental a implantação e expansão de instituições públicas e privadas de pesquisas agropecuária e florestal. Nesse contexto, destacam-se, além da UEPG, o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa e a Fundação ABC.

Nesse panorama, destaca-se também o sistema de plantio direto, que foi iniciado na região há cerca de 40 anos, e difundido por todo o Brasil e em diversos países da América Latina. Esse sistema tem causado uma das maiores revoluções na agricultura brasileira por ser considerada uma das estratégias mais eficazes para aumentar a sustentabilidade da agricultura em regiões tropicais e subtropicais, e frequentemente utiliza e difunde tecnologias de ponta na agricultura.

Já a Mesorregião Sul se caracteriza pela agricultura colonial, inaugurada pela imigração polonesa e ucraniana, sendo predominantemente agricultores familiares (pequenos produtores).

Tradicional fornecedora de erva-mate aos mercados mundiais desde meados do século XIX até a década de 1930, a mesorregião voltou-se à exploração das matas de Araucária. A maneira predatória com que foi exercida essa atividade acarretou estagnação econômica a partir dos anos 1960, restando hoje uma indústria madeireira, em União da Vitória e adjacências, voltada a produtos de maior valor agregado, como esquadrias e móveis de madeira. Também na mesorregião sul, atividades papeleiras são desenvolvidas,



porém de menor porte em relação às da região campestre; e um importante polo cerâmico vem se desenvolvendo nas últimas décadas no triângulo Imbituva-Guamiranga-Prudentópolis. Como pode ser notado, as atividades agropecuária e florestal dessa mesorregião não ocorreram de forma organizada e empresarial capaz de superar crises inerentes ao setor, resultando em diferenças sociais marcantes, sobretudo, para os atores da agricultura familiar, implicando em constante evasão da zona rural e elevadas diferenças sociais.

Entretanto, o agronegócio tornou-se a principal fonte de riqueza tanto para a região dos Campos Gerais quanto para o estado do Paraná. Em 2015, considerando a divisão política da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), segundo o Departamento de Economia Rural (DERAL), no Núcleo Regional de Ponta Grossa foram produzidos cerca de 190 produtos agropecuários, que representaram um valor bruto da produção rural de mais de 7 bilhões de reais (SEAB/DERAL, 2015a; SEAB/DERAL, 2015b). Desse modo, o desenvolvimento de tecnologias mais sustentáveis e que proporcionem incremento no rendimento de grãos, frutas e olerícolas é de fundamental importância.

Essa vocação deixa clara a importância da UEPG como formadora de profissionais qualificados nos cursos de Graduação e Pós-Graduação. Como consequência, novos conhecimentos e produtos têm sido gerados e repassados para a comunidade científica e aos produtores rurais, contribuindo com métodos e técnicas inovadoras de manejo de solo, água, plantas, animais, insumos agropecuários e processamento de alimentos, em consonância com o ambiente, com intuito de maior sustentabilidade ao agronegócio.

Nas Mesorregiões Centro-Oriental, Oeste e Sudoeste do Paraná destacam-se a atividade da pecuária leiteira e da indústria de laticínios (Carambeí, Castro, Palmeira e Irati), calcada em cooperativas de produtores e desenvolvida em moldes tecnicamente avançados. De fato, fortes laços culturais ligam o centro e o sul paranaenses, desde primórdios do século XX, quando a ferrovia inaugurou Ponta Grossa como capital regional, transformando-a em fornecedora de bens e serviços para o interior paranaense.

O processo de industrialização aconteceu na cidade no período entre 1975 e 2005 impulsionado pela boa infraestrutura de transporte, mão-de-obra qualificada e barata, com a presença marcante da UEPG.

Em 2005, o Sistema Federação das Indústrias do Paraná lançou o Projeto Setores Portadores de Futuro para o Estado do Paraná para identificação dos setores e áreas industriais mais promissoras para o estado em um horizonte de 10 anos. Passados os 10 anos, em 2015, o Sistema da Federação das Indústrias do Paraná, Sistema Fiep em parceria com o Sebrae-PR lançou uma segunda edição do projeto, para os próximos 10 anos, em busca de novas oportunidades de prosperidade. Mais especificamente, o objetivo desta segunda edição do projeto é identificar setores e áreas portadoras de futuro para a indústria paranaense que possam situar o estado em uma posição competitiva em nível nacional e internacional em um horizonte temporal de 10 anos. Para a Mesorregião Centro-Oriental foram priorizados os seguintes setores, segmentos e áreas: Agroalimentar; Bens de Capital; Biotecnologia; Celulose, Papel e Gráfica; Construção; Economia Criativa; Economia da Água; Economia do Turismo e Lazer; Economia Verde; Energia; Infraestrutura e Logística; Madeira e Móveis; Meio Ambiente; Metal-mecânico; Tecnologia da Informação e Comunicação.

Atualmente, mais um Complexo Industrial está se desenvolvendo na região norte da cidade, com a implantação de indústrias alimentícias e automobilísticas de alto padrão. Em 2013 foi inaugurada a DAF/PACCAR Caminhões, sendo esta a primeira fábrica de caminhões da marca na América Latina; e em 2016 foi inaugurada a fábrica da Companhia de Bebidas das Américas - AmBev Cervejaria.

O município de Ponta Grossa, por meio da união de esforços de grande grupo de gestores como Prefeitura Municipal, Associação Comercial e Industrial (ACIPG), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Ponta Grossa



(CDESPONTA), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), dentre outros, está implantando o Parque Eco Tecnológico de Ponta Grossa, e, na UEPG, está em andamento a consolidação da Incubadora de Projetos Inovadores (INPROTEC).

Este novo cenário que se apresenta por meio da crescente industrialização motivou a UEPG ao desenvolvimento de atividades de ensino, extensão, pesquisa e inovação desencadeadas pelos cursos de Graduação (Bacharelado) em Geografia, Física, Matemática Aplicada, Química Tecnológica, Engenharia Civil, Engenharia de Software, Engenharia de Materiais, Engenharia de Alimentos, e Engenharia de Computação; e cursos de Mestrado e Doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciências (Física), Geografia, Engenharia e Ciências de Materiais, e Química; e cursos de Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada, Engenharia Sanitária e Ambiental e Química Aplicada.

A formação de profissionais em nível superior nessas áreas do conhecimento e as pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* contribuem para alavancar o desenvolvimento científico e tecnológico necessário para o crescimento desse segmento tão importante para os municípios dos Campos Gerais, bem como para o estado do Paraná. Salienta-se que o equilíbrio na geração de riquezas no Paraná entre os setores Agrícola e Industrial depende, fundamentalmente, das IES e institutos de pesquisas. Nesse contexto, a UEPG vem contribuindo, mas tem muito mais a acrescentar para o estado, por meio de ações da Agência de Inovação e Propriedade Intelectual (AGIPI) com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e a Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa (ACIPG).

Na área da saúde, Ponta Grossa é a cidade-polo da mesorregião centro-oriental do estado do Paraná. A UEPG, desde antes da sua criação, ainda como faculdades isoladas, já tinha tradição na área de saúde, com os cursos de Farmácia, Educação Física e Odontologia. A vocação da UEPG na área de saúde e biológicas demonstrada pela formação de recursos humanos de excelência nos cursos de graduação em Biologia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina e Odontologia. Essas áreas têm diversas atividades de ensino, pesquisa e inovação, por meio dos cursos de Mestrados e Doutorados em Ciências Farmacêuticas e Odontologia, Mestrados em Ciências Biomédicas e Ciências da Saúde. Adicionalmente, há o Mestrado em Biologia Evolutiva, que possui interface bastante estreita com a área da saúde. Essa área também teve, nos últimos anos, forte inserção na pós-graduação *Lato Sensu*, sobretudo, após o Hospital Regional dos Campos Gerais se tornar universitário, Hospital Universitário Regional Dos Campos Gerais, sob responsabilidade da UEPG. Nesse contexto, destacam-se as Residências Médicas (Cirurgia Geral, Cirurgia Vascular, Clínica Médica, Medicina da Família, Neurologia e Radiologia), Multiprofissional (Atenção à Saúde Neonatal, Intensivismo, Reabilitação e Saúde do Idoso) e Uniprofissional (Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial e Enfermagem Obstétrica). A área de Saúde da UEPG também tem experiência na formação de recursos humanos em nível de especialização em Odontopediatria e Ortodontia, e mais recentemente, em Hemoterapia.

Dessa forma, considerando a importância da cidade no contexto da saúde regional, as carências e necessidades da população em termos de saúde, justificadas pelos baixos valores de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de algumas cidades atendidas justificam os cursos de Pós-Graduação citados para a formação de pesquisadores e profissionais de elevado nível para contribuir com o desenvolvimento regional. Além da projeção regional, a área de saúde da UEPG tem se destacado pela atração de pós-graduandos de vários países da América Latina.

A formação de professores para atuação na Educação Básica, desde 1950, atende as áreas de Matemática, Química, Física, Biologia, Geografia, História, Letras, Pedagogia, Artes Visuais, Música, Educação Física, além do curso de Licenciatura em Computação, implantado em 2017, e do curso de Licenciatura em Filosofia aprovado institucionalmente e



submetido à apreciação da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) para autorização de funcionamento.

Os cursos de licenciatura da UEPG vêm desenvolvendo um trabalho coletivo reconhecido nacionalmente pelo caráter inovador das ações da Comissão Permanente das Licenciaturas (COPELIC) e dos programas voltados à formação docente, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Residência Pedagógica.

Projetos e atividades extensionistas voltados à melhoria do ensino básico e à formação inicial e continuada de professores são desenvolvidos pelos professores da instituição. Soma-se a isso, a contribuição expressiva dos cursos (acadêmicos) de Mestrados e Doutorados em Ciências (Física), Educação, Geografia e Química; Mestrados (Acadêmicos) em Ensino de Ciências e Educação Matemática e Estudos da Linguagem; e dos Mestrados Profissionais em Ensino de Física, História, Matemática e Educação Inclusiva. Ainda, há forte inserção dos cursos *lato sensu* voltados ao público da licenciatura, sobretudo, mediante oferta de cursos de Especialização a distância em Educação Física Escolar; (ii) Filosofia para o Ensino Médio; (iii) História, Arte e Cultura; (iv) Sociologia para o Ensino Médio; (v) Alfabetização e Letramento; (vi) Docência na Educação Infantil; (vii) Educação Matemática e do curso de Atendimento Educacional Especializado aprovado institucionalmente e com previsão de início para o ano de 2024. Portanto, a UEPG desempenha sólido papel na formação de licenciados em nível de graduação, especialização a distância, mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado para atuação na Educação Básica e Educação Superior, sendo importante polo de qualificação profissional, de fomento e irradiação de pesquisas e inovações na área educacional.

As áreas de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais e Aplicadas defendem a perspectiva da interdisciplinaridade na construção do saber científico, dada a própria complexidade dos fenômenos da vida social. A atuação dos cursos de Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas e dos Mestrados em Economia e Jornalismo em uma das áreas de menor IDH do Estado do Paraná, demanda à UEPG a realização de estudos e pesquisas que contribuam para a compreensão desta realidade, com o objetivo de subsidiar intervenções possíveis que conduzam à elevação dos padrões de justiça e inclusão sociais. As áreas de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais Aplicadas também se destacam na formação de recursos humanos em nível de Especialização (a distância e presencial), com destaque para (i) Gestão de Eventos e Cerimonial Público e Privado; (ii) Gestão em Saúde; (iii) Gerontologia; (iv) Gestão Pública; (v) Gestão Pública Municipal; (vi) Direito e Processo Administrativo; e (vii) Direito Penal e Prática Forense Penal.

A UEPG já participou da política de fundação de *campi* avançados, chegando a estar, não exatamente no mesmo período, em seis conjuntos universitários diferentes fora da sede. Nos *campi*, em face da demanda limitada, têm sido ofertados cursos diversos de forma rotativa, de maneira a não saturar o mercado de trabalho local e regional. Atualmente, somente o *campus* de Telêmaco Borba está ativo.

Outro aspecto da inserção da UEPG, que remete ao contexto estadual e nacional, se dá por meio da Educação a Distância, iniciado com o Curso Normal Superior com Mídias Interativas, integrante do Programa Estadual de Formação de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental. O aparato tecnológico montado para essa atividade levou à criação, na UEPG, do Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância, o qual vem se expandindo com a oferta do ensino na modalidade a distância de cursos de Graduação, Pós-Graduação e formação continuada de professores, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação Básica (SEB), Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), e mais recentemente com projetos e atividades extensionistas.

Em 2022, foram ofertadas 1.982 vagas no vestibular e no Processo Seletivo Seriado (PSS), para 39 cursos de graduação presencial. Ao todo, foram matriculados, em todas as séries, 6.732 alunos. Na Educação a Distância (EaD) há, em andamento, nove cursos de graduação, totalizando 949 alunos, distribuídos em 54 polos de apoio presencial, sendo 49



no Estado do Paraná, um em Santa Catarina e quatro em São Paulo. Com uma política voltada à qualificação docente e ao incentivo à pesquisa científica, a presença da UEPG no cenário do ensino superior brasileiro se traduz na participação dos cursos de graduação da instituição no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e no ranking da produção científica brasileira, formulado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

Na pesquisa e pós-graduação, a UEPG teve, em 2022, 184 grupos de pesquisa, 94 projetos de pesquisa iniciados, 528 em andamento e 105 concluídos, 62 professores bolsistas em produtividade, além de publicações em veículos científicos de impacto. O número de bolsas praticamente se manteve em relação aos anos anteriores, com envolvimento de 440 acadêmicos bolsistas nas diversas modalidades de apoio à iniciação científica, e 39 alunos do ensino médio com bolsa na modalidade Iniciação Científica Júnior. Com relação aos cursos de pós-graduação stricto sensu, a UEPG tem, credenciados junto à CAPES, 22 cursos de mestrado acadêmico, cinco cursos de mestrado profissional e 10 cursos de doutorado, com 1.027 acadêmicos matriculados, sendo 655 mestrandos e 372 doutorandos. Na pós-graduação lato sensu, a UEPG oferece 13 cursos de especialização na modalidade de ensino presencial e 06 de ensino a distância, com um total de 1.057 alunos matriculados, e 07 Cursos de Residência Técnica, com um total de 820 alunos matriculados.

A UEPG possui uma grande área de abrangência, desde a Educação Infantil da Educação Básica até a pós-graduação, conforme demonstram os dados da Avaliação Institucional da UEPG.

Dados Demográficos: Educação Básica e Educação Superior

Órgãos / Setores	Educação Básica			Educação Superior					TOTAL
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Graduação Presencial	Graduação EAD	Especializ.	Mestrado	Doutorado	
CAIC	361	330							691
CAAR			293						293
SEXATAS				450	143		128	80	801
SECATE				1.362	93	676	114	93	2.338
SEBISA				1.587	104	580	106	81	2.458
SECISA				1.523	139	932	100	70	2.764
SECIHLA				980	340	246	168	48	1.782
SECIJUR				830		211	39		1.080
TOTAL	361	330	293	6.732	819	2.645	655	372	12.207

Fonte: Diretoria do CAAR, Diretoria do CAIC, PROPESP, 2022.

Fonte: PROPLAN: Números UEPG - 2022

1.5 Breve Histórico da IES

A Universidade Estadual de Ponta Grossa, localizada na região Centro-Sul do Estado do Paraná, foi criada pelo Governo do Estado do Paraná, por meio da Lei n. 6.034, de 06/11/1969, publicada em 10/11/1969, e do Decreto n. 18.111, de 28/01/1970. Está localizada na região centro-sul do Estado do Paraná, abrangendo 22 municípios em sua área de influência. Trata-se de uma das mais importantes instituições de Ensino Superior do Paraná, resultante da incorporação das faculdades estaduais já existentes e que funcionavam isoladamente. Eram elas: a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, criada pelo Decreto Estadual n. 8.837, de 08/11/1949, e reconhecida pelo Decreto Federal n. 32.242, de 10/02/1953; a Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, criada pela Lei n. 921, de 16/11/1952, e reconhecida pelo Decreto Federal n. 40.445, de 30/11/1956, posteriormente desmembrada em Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa e Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa, através da Lei n. 5.261, de 13/01/1966; a Faculdade Estadual de Direito de Ponta



Grossa, criada pela Lei n. 2.179, de 04/08/1954, e reconhecida pelo Decreto Federal n. 50.355, de 18/03/1961; e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa, criada pela Lei n. 03/66, de 12/01/1966, e reconhecida pelo Decreto Federal n. 69.697, de 03/12/1971.

A personalidade jurídica de cada uma dessas unidades isoladas foi extinta no ato da criação da Universidade sob o regime da Fundação de Direito Público, reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto n. 73.269, de 07/12/1973 que, simultaneamente, aprovou seu Estatuto, Regimento Geral e Plano de Reestruturação. O início das atividades da UEPG foi assinalado pela posse do professor Álvaro Augusto Cunha Rocha, no cargo de Reitor, e do professor Odeni Villaca Mongruel, no cargo de Vice-reitor, ambos nomeados pelo Governador na época, Dr. Paulo Cruz Pimentel, conforme Decreto n. 20.056, de 06/05/1970.

A segunda gestão teve início em 1974, sendo nomeados para o cargo de Reitor o professor Odeni Villaca Mongruel e, para o cargo de Vice-reitor, o professor Daniel Albach Tavares.

A terceira gestão iniciou no dia 28 de março de 1979, com a nomeação do professor Daniel Albach Tavares para o cargo de Reitor e do professor Waldir Silva Capote para o cargo de Vice-reitor.

Pelo Decreto n. 226, de 29/03/1983, o Governador José Richa nomeou o professor Ewaldo Podolan para o cargo de Reitor e o professor João Lubczyk para o cargo de Vice-reitor, dando início a quarta gestão administrativa da Instituição.

Os dirigentes da quinta gestão foram os professores João Lubczyk e Lauro Fanchin, respectivamente Reitor e Vice-reitor da Instituição, nomeados pelo Decreto n. 106, de 19/03/1987.

A sexta gestão, constituída dos professores João Carlos Gomes para o cargo de Reitor e Roberto Frederico Merhy para o cargo de Vice-reitor, foi oficializada por ato do Governador Álvaro Dias, que os nomeou através do Decreto n. 7.691, de 06/03/1991.

O professor Roberto Frederico Merhy e a professora Leide Mara Schmidt, que assumiram a Reitoria e a Vice-reitoria da Instituição, dando início a sétima gestão, foram nomeados para os respectivos cargos pelo Decreto n. 3.828, de 22/07/1994.

Ao fim dessa gestão, ouvida a comunidade universitária, os referidos professores foram reconduzidos aos seus cargos, instituindo o primeiro caso de reeleição da Instituição – reeleição esta que foi confirmada pelo Decreto n. 4.725, de 31/08/1998, sancionado pelo Governador Jaime Lerner.

Em 22 de agosto de 2002, nomeados pelo Decreto n. 6.181/2002 do Governador Jaime Lerner, assumiram a Reitoria os professores Paulo Roberto Godoy e Ítalo Sérgio Grande, respectivamente Reitor e Vice-reitor da UEPG, eleitos em pleito democrático do qual participaram docentes, discentes e funcionários da UEPG.

Em 11 de julho de 2006, nomeados pelo Decreto n. 6.885 pelo Governador Roberto Requião, assumiram a Reitoria os professores João Carlos Gomes, Reitor, e Carlos Luciano Sant'Ana Vargas, Vice-reitor, escolhidos por meio de consulta à comunidade universitária.

A décima primeira gestão na história da Universidade, também escolhida mediante consulta à comunidade universitária, figura como o segundo caso de reeleição, constituída pelos professores João Carlos Gomes, Reitor, e Carlos Luciano Sant'Ana Vargas, Vice-reitor, nomeados pelo Decreto n. 7.265, de 01/06/2010, do Governador Orlando Pessuti.

Em meados de 2013, o então Governador do Estado, Carlos Alberto Richa, efetua convite ao Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, professor João Carlos Gomes, para assumir a pasta da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Pelos Decretos n. 8776, de 21 de agosto de 2013 e Decreto n. 12, de 1º de janeiro de 2015, do Governador Carlos Alberto Richa, o professor João Carlos Gomes é nomeado Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, onde permaneceu até 6 de abril de 2018.



Em conformidade com o Estatuto e Regimento Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa, em sessão solene e pública do Conselho Universitário, no dia 12 de setembro de 2013, o professor Carlos Luciano Sant'Ana Vargas, é empossado Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, nomeado pelo Decreto n. 8775, de 21 de agosto de 2013, em cumprimento ao término de mandato, até 31 de agosto de 2014.

Em 1º de setembro de 2014, após consulta à comunidade universitária, inicia-se a décima segunda gestão na condução dos caminhos da Instituição. Nomeados pelo Decreto n. 11.491, de 2 de julho de 2014, do Governador Carlos Alberto Richa, respectivamente aos cargos de Reitor e Vice-reitor, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, os professores Carlos Luciano Sant'Ana Vargas e Gisele Alves de Sá Quimelli.

Em 1º de setembro de 2018, o reitor Miguel Sanches Neto e o vice-reitor Everson Augusto Krum assumem a reitoria da UEPG para os próximos quatro anos (1º de setembro de 2018 a 31 de agosto de 2022).

Para o período de 2022 a 2026 foram eleitos o professor Miguel Sanches Neto e Ivo Mottin Demiate.

2. DADOS SOBRE O CURSO

2.1 Nome do Curso: Licenciatura em Educação Especial Inclusiva

2.2 Habilitação/Grau:

() Bacharelado (X) Licenciatura () Tecnólogo

2.3 Modalidade de Ensino:

(X) Presencial () Educação a Distância

2.4 Local de funcionamento do Curso: Campus Uvaranas – Centro Integrar

2.5 Turno de Funcionamento:

() Matutino () Vespertino
() Integral (X) Noturno

2.6 Carga Horária do Curso:

	Carga Horária
GRUPO I - Formação Básica Geral	810
GRUPO II.a - Formação Específica Profissional	1365
GRUPO II.b - Diversificação ou Aprofundamento	240
GRUPO III.a - Estágio Curricular Supervisionado	405
GRUPO III.b - Prática enquanto componente curricular	405
Extensão como componente curricular *	324
Atividades Complementares (não obrigatórias)	-
Carga Horária Total do Curso	3225

* 10% do total da CH do curso. Caso tenha CH de extensão em disciplina, descontar na informação total dos grupos anteriores.

2.7 Tempo de duração do Curso:

Mínimo: 4 anos **Máxima:** 6 anos

2.8 Ano da Primeira Oferta: 2024

2.9 Atos Legais:



A proposta de Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva está em processo de tramitação na UEPG.

2.9.1 Local de Funcionamento e vínculo administrativo do Curso

- Campus universitário: Campus de Uvaranas - Centro Integrar
- Setor: Ciências Humanas, Letras e Artes
- Departamento: Educação
- Contato: deed@uepg.br

2.10 Número de Vagas Ofertadas:

Total:	35
--------	----

2.11 Conceitos do Curso:

Não se aplica, por ser uma nova proposta de curso.

2.12 Percentual candidato/vaga Vestibular e Processo Seletivo Seriado (PSS)

Não se aplica, por ser a primeira oferta do curso na instituição, não houve vestibulares anteriores.

2.13 Dados sobre o Coordenador do Curso

Nome da coordenadora do curso: Nelba Maria Teixeira Pisacco	
Titulação: Doutora em Educação	
Portaria de designação: PORTARIA SETORIAL Nº 50/2022 - SECIHLA - Comissão de implantação do Curso	
Formação Acadêmica: Pedagogia	
Graduação	Pedagogia, FACILCAM, 1990.
Pós-Graduação	Doutorado em Educação, UFRGS, 2016.
Carga Horária semanal dedicada à coordenação do curso	20 horas
Regime de trabalho do coordenador do curso	TIDE
Tempo de exercício na IES	16 anos
Tempo na função de coordenador do curso	3 meses (função interina)

2.14 Dados sobre o Colegiado de Curso (Comissão de implantação)

Membros componentes do Colegiado	Titulação	Regime de trabalho	Ato oficial de nomeação
Nelba Maria Teixeira Pisacco	Doutorado	TIDE	PORTARIA SETORIAL Nº 50/2022 - SECIHLA
Elenice Parise Foltran	Doutorado	TIDE	PORTARIA SETORIAL Nº 50/2022 - SECIHLA
Karen Ribeiro	Doutorado	TIDE	PORTARIA SETORIAL Nº 50/2022 - SECIHLA
Silmara de Oliveira Gomes Papi	Doutorado	TIDE	PORTARIA SETORIAL Nº 50/2022 - SECIHLA
Ariangelo Hauer Dias	Doutorado	TIDE	PORTARIA SETORIAL Nº 50/2022 - SECIHLA



Rosana de Castro Casagrande	Doutorado	TIDE	PORTARIA SETORIAL Nº 50/2022 - SECIHLA
Vera Lúcia Martiniak	Doutorado	TIDE	PORTARIA SETORIAL Nº 50/2022 - SECIHLA

2.15 Dados sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE

Não se aplica considerando que o colegiado de curso não foi institucionalizado.

2.16 Dados sobre Discentes Ingressantes e Formados

Não se aplica, pois a seleção e contratação de professores se dará via edital PARFOR.

3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO

3.1 Apresentação do Curso

O Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva nasceu da motivação de um grupo de professoras e professor que atuam na área da educação inclusiva e foi construído de forma coletiva, por meio de discussões envolvendo representantes do Departamento de Educação, de Pedagogia e Informática. A comissão foi formada pelos professores Vera Lucia Martiniak, Elenice Parise Foltran, Karen Ribeiro, Nelba Maria Teixeira Pisacco, Silmara Oliveira Gomes Papi, Rosana de Castro Casagrande e Ariangelo Hauer Dias, por meio da Portaria Setorial 50/2022.

Por meio de reuniões sistemáticas foram definidos alguns consensos para a proposta: a duração do curso em 4 anos; a necessidade de fortalecer a formação para o atendimento educacional especializado; a decisão pela oferta do curso na modalidade presencial; a necessidade de adequar o currículo às determinações expressas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (BRASIL, 2019) e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (BRASIL, 2019); e, a necessidade da definição de eixos para fomentar uma organização mais interdisciplinar entre as séries e disciplinas na organização curricular do curso.

A partir das definições da Comissão, a elaboração da proposta decorreu de um duplo movimento, institucional e social: por um lado, a articulação com os princípios filosóficos que norteiam a função social da universidade, que se orienta pelo direito de todas as pessoas à vida digna, por meio da promoção da educação e da cultura (UEPG, PDI 2023-2027). Por outro, pela articulação com órgãos públicos e associações como Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Observatório da Inclusão e representação no Conselho Municipal de Educação de Ponta Grossa.

O curso foi organizado considerando o aumento do número de matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial e Inclusiva na rede regular de ensino (INEP, 2023) e a demanda por formação de professores e professoras nesta perspectiva.

Em relação ao contexto educacional de Ponta Grossa, de acordo com o Censo escolar (2020), Ponta Grossa tem 203 escolas públicas. Sobre os docentes, 1.145 estão nos Anos Iniciais; 927 nos Anos Finais e 830 no Ensino Médio, profissionais que poderão se beneficiar com o curso como primeira ou segunda graduação.

Embora a distorção idade/série nas escolas públicas de Ponta Grossa esteja em declínio de 2006 a 2022: de 5,3% para 1,1% nos Anos Iniciais; de 22,9% para 7,2 nos Anos Finais; de 28% para 12,2% para no Ensino Médio, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) das escolas públicas encontra-se em 6,5 nos Anos Iniciais; 4,8 nos Anos finais e 4,5; 28% para 12,2 no Ensino Médio. Supõe-se que o público-alvo da Educação Especial e Inclusiva esteja entre eles.

Em relação à matrícula por modalidade de ensino nas instituições públicas, ressalta-se que constam 4.228 na creche, 6.844 na pré-escola, 19.605 nos Anos Iniciais, 17.309 nos



Anos Finais, 12.181 no Ensino Médio e 1.437 matrículas em Educação Especial no município.

A política de graduação da UEPG tem compromisso com a formação profissional local e regional e segue entre seus princípios "garantia de equidade da Educação Superior; equidade no desenvolvimento acadêmico institucional, ancorado na qualidade, estabilidade e pertinência; produção, divulgação e socialização de conhecimento específico" (UEPG, PDI 2023-2027, p. 62).

O Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva está intrinsecamente articulado com a missão da Universidade Estadual de Ponta Grossa de responder às demandas na formação de profissionais da educação por meio da oferta de cursos superiores, regionais (prioritariamente) e nacionais.

Os princípios norteadores da proposta curricular estão em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (BRASIL, 2019), a qual define princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação. Também atende a Resolução CNE/CES nº 07, de 18 de dezembro de 2018, a qual estabelece que "as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos".

No referido Projeto, o Curso foi designado como Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, com carga horária total de 3.235 horas, das quais 324 horas são destinadas à curricularização da extensão.

3.2 Justificativa

Inicialmente, é importante destacar a experiência histórica da UEPG em relação à Educação Especial que, por meio do Departamento de Educação e do extinto Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, ofereceu cursos na área desde à década de 1990.

Em 1994 e 1996, foi ofertado um Curso de Formação de Professores para a Educação Especial – área de Deficiência Auditiva como estudos adicionais em nível médio no Município de Telêmaco Borba, *campi* da UEPG. A UEPG criou no âmbito do Currículo do Curso de Pedagogia a habilitação em Educação Especial- deficiência Mental em 1998, a qual foi ofertada até a reformulação do Curso em 2002. Ofereceu oito edições do Curso de Especialização – lato Sensu na área da Educação Especial, no Campus central da UEPG, a saber: 1ª ed – 1998, 2ª ed – 1999, 3ª ed – 2001-2002, 4ª ed. - 2003-2004 - **Curso de Especialização em Educação Especial – áreas de Deficiência Auditiva, Física, Mental ou Visual**; na 5ª ed- 2004-2005 a nomenclatura do Curso acompanhou os avanços da área e passou a se chamar: **Curso de Especialização em Educação Especial – áreas de Deficiência Auditiva, Física, Mental, Visual, Distúrbios de Conduta e Altas Habilidades**; na 6ª ed. - 2004-2006, 7ª ed. - 2006 a 2007 nova adequação na nomenclatura, o curso foi ofertado como: **Curso de Especialização em Educação Especial – áreas de Deficiência Auditiva, Física, Mental, Visual, Condutas Típicas e Altas Habilidades** e na 8ª ed. – 2009-2010 o Curso foi novamente atualizado passando a ter a seguinte titulação: **Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusão Educacional**. No total das edições foram mais de 320 professores da Educação Básica que obtiveram formação na área.

Além disso, destaca-se a iniciativa da UEPG na formação de professores da rede pública na área da Educação Especial por meio de projetos de ensino e extensão e parceria na formação continuada através do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) do Governo do Estado do Paraná.

A participação com saberes da área do conhecimento no projeto institucional de acessibilidade, o qual teve como um dos seus resultados a realização de adaptações na estrutura física da instituição como: banheiros adaptados, rampas, elevadores, piso tátil, entre outros.



Recentemente, a UEPG integra e oferece o Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional - PROFEI. Com a oferta das vagas no processo seletivo, observou-se que a demanda por formação na área é grande, visto que, conforme documentos e censos oficiais, a matrícula de estudos público-alvo da Educação Especial nas escolas regulares tem aumentado significativamente a cada ano, em consonância com o que é estabelecido nas políticas públicas educacionais, além de profissionais qualificados para atuar no Atendimento Educacional Especializado.

Tal preocupação demonstra que a proposição de um Curso em nível de Graduação na área da Licenciatura em Educação Especial Inclusiva cumpre com a função social da educação, na garantia do direito de acesso, bem como de uma aprendizagem com qualidade a todos, ao preencher um campo do conhecimento que ainda não atendido de forma satisfatória pelos cursos já oferecidos, criando um ambiente voltado para a formação de professores que podem contribuir para a construção de uma cultura inclusiva.

A oferta do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva se justifica, principalmente, por ter como demanda um novo paradigma da educação, onde todos têm direito à escola regular, sendo matriculados nas classes comuns. Além disso, é necessário repensar o fazer pedagógico para que esteja em consonância com os princípios de uma escola para todos, na qual a ideia de diversidade fundamenta as ações educativas, portanto, faz-se necessário que os professores possam refletir sobre novas formas de ensino, por meio da proposição de uma didática inclusiva, que possa atender a multiplicidade da aprendizagem, além de formação específica para o AEE.

Essas necessidades formativas foram identificadas a partir da demanda de professores da Rede Pública – estadual e municipal – de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais. Esta proposta nasceu, em decorrência de uma demanda regional para formação de profissionais para atuar na área da Educação Especial e na Educação Inclusiva e se apoia no princípio institucional de respeito à dignidade humana e aos direitos fundamentais, articulando com a ciência, tecnologia, cultura, trabalho e no desenvolvimento da capacidade de investigação científica e transformação social.

Nessa perspectiva, o projeto coaduna com os princípios institucionais em consonância com as políticas nacionais para a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, na defesa do direito de todos os alunos de conviver e aprender juntos, sem nenhum tipo de discriminação. Nesta direção, a formação de professores para atuarem com o público alvo da educação especial tem como ponto de partida a materialidade das condições históricas e sociais, voltando-se para as reais possibilidades do processo ensino/aprendizagem, dos alunos.

De acordo com os dados da Prefeitura, a rede municipal está composta por instituições que atendem as pessoas com deficiência e com altas habilidades/superdotação, a saber: Associação de Proteção aos Autistas (Aproaut), Associação de Pais e Amigos do Deficiente Visual (Apadevi), Associação de Pais e Amigos do Excepcional (Apaee), Associação Pontagrossense dos Portadores de Deformidades Faciais (APPDF) e do Departamento de Paradesporto da Fundação Municipal de Esportes. Constam ainda com 74 Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) do município e, mais recentemente, do Centro Integrado de Atendimento à Criança da Educação Especial Inclusiva (CIAC Superação), que reúne serviços de Saúde, Assistência Social e Educação voltados para o público-alvo da Educação Especial.

Com relação à demanda que compõem as instituições pertencentes ao Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, a saber:

- Sala de Recursos Multifuncional área da deficiência física, deficiência intelectual, transtorno do espectro autista e distúrbios de aprendizagem – 81 salas de recursos que atende uma média de 1500 alunos;
- Sala de Recursos Multifuncional área visual – 02 salas de recursos que atende uma média de 10 alunos;
- Sala de Recursos Multifuncional área surdez – 01 sala que atende 01 aluna.



No atendimento de sala de recursos das áreas mencionadas, há em média 110 professores.

Conforme os dados do portal da Secretaria Estadual de Educação, além do atendimento em sala de recursos o Estado do Paraná oferece os atendimentos:

- Professor de Apoio da Comunicação Alternativa – destinado ao atendimento de alunos que apresentam dificuldades acentuadas na fala e na escrita devido a deficiência física neuromotora. Esse professor acompanha o aluno durante as aulas para fazer a mediação pedagógica e proporcionar ao aluno a possibilidade de comunicação. Para esse atendimento dispõe-se de 30 professores;

- Professor de Atendimento Educacional Especializado – destinado ao atendimento de alunos com transtorno do espectro autista que, com comprovada necessidade, precisam da mediação pedagógica durante as aulas; para esse atendimento são 90 professores;

- Tradutor Intérprete de Libras – destinado a interpretação das línguas portuguesa e da Libras, acompanha o aluno surdo que tem conhecimento de Libras em todas as aulas. Para esse atendimento há em torno de 30 intérpretes; nas instituições da região dos Campos Gerais Vinculadas ao NRE são atendidos uma média de 2000 alunos que apresentam alguma deficiência ou distúrbio de aprendizagem, conforme dados oficiais do Departamento de Educação Inclusiva da SEED-PR.

Dessa forma, a justificativa para a oferta deste curso se fortalece ao considerarmos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão, que reforçam o compromisso com a garantia de direitos e a promoção de uma educação de qualidade para todos. Estas políticas orientam a prática educativa para o reconhecimento e valorização da diversidade, exigindo uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e a necessidade de uma didática inclusiva.

Portanto, a criação e oferta do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva se justifica plenamente, representando um avanço significativo na formação docente e na ampliação dos direitos dos estudantes da Educação Básica, em consonância com os princípios e diretrizes das políticas educacionais inclusivas vigentes no país.

3.3 Objetivos

O Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da UEPG reitera os princípios, objetivos e missão da instituição e visa:

- Proporcionar a formação profissional e social de licenciados em Educação Especial Inclusiva com competências técnicas, políticas e éticas para a intervenção pedagógica junto a estudantes com deficiências, TEA e altas habilidades/superdotação, em diferentes contextos e serviços de Educação Especial, para a promoção do desenvolvimento de habilidades cognitivas, linguísticas, psicomotoras e sócio afetivas que contribuam para aquisição de conhecimentos escolares, culturais, sociais e do mundo do trabalho do público da Educação Especial;

- Desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão alicerçadas em valores humanos e éticos, na articulação do conhecimento teórico e prático para compreensão da complexidade das demandas emergentes no contexto micro e macroestruturais, em seus aspectos sociais, econômicos, políticos, cultural e, especialmente, educacionais;

- Oportunizar a formação de profissionais na área da Educação Especial reflexivos e críticos sobre o processo de educação de seu campo de atuação, com vista a concepção de mundo, de sociedade e de educação que considera e respeita a diferença humana.

3.4 Perfil Profissional do Egresso

O curso de graduação de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da UEPG deverá assegurar ao egresso uma sólida formação geral, humanística, crítica e reflexiva, científica e profissional, pautada em princípios e valores éticos, destinada a atuação nas seguintes áreas:



- Docência no atendimento educacional especializado da população da Educação Especial, pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e outros transtornos mentais que impactam o desenvolvimento, bem como os com altas habilidades/superdotação, nas instituições de ensino, tanto regulares, quanto especializadas, em todas as modalidades educacionais; atuando de forma transversal nos diferentes níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior e na modalidade da Educação de Jovens e Adultos;

- Serviços de apoio pedagógico especializado, nas escolas de ensino regular, em parceria com os professores da classe comum, sob a forma de ensino colaborativo e orientações pedagógicas, tendo como foco os alunos que são público da Educação Especial;

- Docência em instituições de ensino especial junto aos alunos com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação; - Organização e gestão de sistemas, unidades, projetos e experiências escolares e não-escolares, universitárias e de educação profissional para promoção da inclusão e acessibilidade educacional e social do público da Educação Especial; em secretarias e diretorias de ensino e instituições especializadas, em serviços de consultoria colaborativa, na gestão escolar na instituição de ensino especial; ou ainda, junto aos núcleos de acessibilidade das IES;

- Produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo da Educação Especial; como desenho universal para a aprendizagem, tecnologia assistiva e acessibilidade curricular/pedagógica, comunicacional, instrumental,

Como o curso de formação de licenciados em Educação Especial não possui Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) próprias, consideram-se neste projeto outras Diretrizes, principalmente, as de DCNs de Formação de Professores.

3.5 Campos de Atuação

O Curso de Graduação em Educação Especial Inclusiva da UEPG tem como finalidade formar profissionais de acordo com as especificidades da área de Educação Especial, para atuar no ensino regular e no especializado, em seus diferentes níveis, realizando atividades de docência, gestão e consultoria especializada. O profissional da educação especial e inclusiva poderá atuar no exercício da:

- Docência especializada no atendimento educacional dos sujeitos atendidos na Educação Especial, nas instituições de ensino, tanto regulares, quanto especializadas, em diferentes espaços educacionais;

- Atuação no atendimento educacional especializado, de caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos multifuncionais, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

Os egressos, também, têm a possibilidade de continuidade de estudos em nível de pós-graduação, *lato e stricto sensu*, no Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva – PROFEI – e Programa de Pós-Graduação em Educação, respectivamente, e, em outras instituições de ensino do país.

3.6 Integração Graduação e Pós-Graduação

O movimento pela Educação Inclusiva tem ganhado força em âmbito nacional, uma vez que a legislação brasileira garante a matrícula compulsória de crianças e jovens com deficiência, transtornos do espectro autista, outros transtornos mentais, e altas habilidades/superdotação em todos os níveis e modalidades de ensino.

A educação brasileira tem como meta que a escola básica se torne mais inclusiva, aprendendo a valorizar as diferenças culturais, sociais, físicas, religiosas, raciais e as formas diferenciadas de aprendizagem de cada estudante, proporcionando um novo fazer pedagógico para os educadores. Mas, para que isso ocorra é necessário investir na



formação docente, uma formação articulada com a necessidade de que a escola crie uma cultura inclusiva com ações concretas e planejadas. Os profissionais precisam envolver-se em um projeto coletivo, que passa por uma reformulação do espaço escolar como um todo, desde o espaço físico, a dinâmica e organização de sala de aula, passando por currículo, metodologia e estratégia de ensino, formas e critérios de avaliação.

Foi neste sentido que o PROFEI começou a ser desenvolvido, como um programa que traz uma contribuição para o desenvolvimento da qualidade da educação básica, desenvolvendo-se a partir dos seguintes princípios:

- articulação integrada da formação com o exercício profissional mediante estudos científicos voltados à busca de soluções para problemas concretos, à produção técnico-científica na pesquisa aplicada, à geração e aplicação de processos de inovação relacionados à integração de diferentes tecnologias ao currículo;
- contextos de formação de professores que permitam superar o problema da fragmentação entre a produção de conhecimento e a prática educativa;
- abordagem de formação construcionista, contextualizada e significativa (CCS), por meio da reflexão e articulação entre a teoria e a prática, dos aspectos tecnológicos e educacionais, do uso de novas mídias na realidade de atuação dos profissionais, que se configuram como campos de estudo, investigação e transformação.

O Mestrado Profissional em Educação Inclusiva possui como objetivo principal oferecer formação continuada e em serviço para professores pesquisadores da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio para que aprimorem seu repertório de conhecimentos e saberes, podendo promover o desenvolvimento dos Estudantes Público-Alvo da Educação Especial – EPAEE – no contexto escolar, garantindo possibilidades para a inclusão desses estudantes.

Entre os objetivos específicos, estão:

- Difundir o conceito de educação inclusiva, o qual garante o direito de educação para todos;
- Conhecer e analisar os principais documentos legais e diretrizes que garantem o atendimento e a inclusão dos EPAEE;
- Compreender o Projeto Pedagógico como elemento norteador das ações político-pedagógicas da escola inclusiva que se pretende;
- Elaborar e desenvolver ações colaborativas na unidade escolar com o apoio do professor especializado, tendo como foco o Projeto Pedagógico inclusivo.

Nesta direção, a articulação com a graduação se dará por meio da atuação dos professores do Departamento de Educação e do Departamento de Pedagogia tanto no PROFEI como na graduação em Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, buscando disseminar os princípios da Educação Inclusiva, promovendo discussões e práticas pedagógicas e extensionistas voltadas à inclusão educacional e ainda:

a) na possibilidade de participação dos acadêmicos em grupos de estudos e pesquisas vinculados ao PROFEI, voltadas a Educação Inclusiva, como: Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas, envelhecimento, direitos humanos e inclusão – NEPEDHI; Grupo de Estudo e Pesquisa em Processos de Aprendizagem – GEP-ProA; Direitos Humanos, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz; Avaliação da qualidade de vida e qualidade de vida no trabalho; Robótica Educacional utilizando Plataforma Aberta; Artes Visuais, Educação e Cultura; Movimentos sociais, educação do campo e práticas pedagógicas; e Política Social e Educação Inclusiva;

b) na atuação dos docentes nas disciplinas de formação básica geral, como nas disciplinas de formação profissional específica e em atividades práticas, de estágio e extensionistas;

c) na orientação de tutoras do Programa de Tutoria Discente (PROTUDE) voltadas para universitárias com deficiência;



d) na coordenação de linhas e projetos de pesquisas, como: Projeto Políticas Públicas e educação permanente de jovens, adultos e idosos: práticas pedagógicas nos espaços educativos formais e informais; Educação inclusiva e processos de aprendizagem na Adolescência; Organização dos serviços de apoio aos acadêmicos das universidades estaduais do país; Políticas para a Educação Inclusiva no Ensino Superior e na orientação de projetos de pesquisa de iniciação científica (PIBIC/BIC);

e) na coordenação de projetos e programas extensionistas como: Universidade Aberta para a Terceira Idade – UATI; Laboratório Lúdico Pedagógico – LALUPE; Projeto Psicopedagógico Pró-Aprendizagem – Proa; Educação, Saúde e Cidadania; Programa de Extensão e Pesquisa em Processos de Aprendizagem – PEP-Proae orientam programas de iniciação extensionista (PIBEX/PIBIS) vinculados aos seus projetos, notoriamente envolvendo acadêmicos do Curso de Pedagogia;

f) na orientação de trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) nas suas áreas de atuação e estudo;

g) na divulgação dos resultados de produções conjuntas com os acadêmicos em publicações e eventos da área;

h) no estabelecimento de parcerias com redes de ensino como Núcleo Regional de Ponta Grossa, Secretaria de Estado da Educação – SEED, Secretaria Municipal de Educação de diversos Municípios do Estado do Paraná e demais Estados brasileiros para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão e inserção dos acadêmicos;

i) na participação de representações no Conselho Municipal de Educação, Conselho de Monitoramento da Educação Básica e Colegiados de Curso na graduação e pós-graduação, Núcleo Docente Estruturante (NDE) na graduação e defendem a formação e atuação do Pedagogo nas diversas instâncias;

j) na orientação e produção de materiais didáticos para utilização na Educação Básica;

k) na organização, participação e incentivo aos acadêmicos para se envolverem em eventos científicos.

Em suma, as ações do PROFEI sempre consideram a inserção e a articulação com a graduação, com o compromisso de estabelecer a perspectiva da Educação Inclusiva desde a formação inicial, tendo em vista a realidade educacional em que os futuros licenciados serão inseridos. Por isso, a importância de abordar e sistematizar conhecimentos do campo durante todo o percurso do curso. É necessário formar em uma perspectiva inclusiva.

3.7 Mobilidade acadêmica e internacionalização

O Curso de Educação Especial e Inclusiva tem como referência a estratégia 12.12 da meta 12 do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014): “consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior” (BRASIL, 2014). Essa meta articula-se com o Plano de Desenvolvimento Institucional da instituição no incentivo à uma formação docente com vistas à possibilidade de mobilidade estudantil a partir de acordos nacionais e internacionais.

Por meio da internacionalização da educação superior, além do processo formativo realizado integram-se um conjunto de vivências culturais e pessoais associadas a um contexto internacional que possibilita ao discente em mobilidade estudantil a troca de conhecimentos e novas aprendizagens não apenas quanto ao conhecimento científico, mas a outras realidades e conjunturas.

A mobilidade estudantil é possível a partir de acordos firmados pelo Escritório de Relações Internacionais – ERI da Universidade Estadual de Ponta Grossa, criado por meio da Res. Universitária nº 28/1995, que desempenha a função de agente responsável pela harmonização das diretrizes de internacionalização da Universidade, em consonância com a



política Institucional, Estadual ou Federal, bem como, por seu processo de implementação. O ERI possui dois tipos de mobilidade internacional:

1. Programa de Mobilidade Estudantil Internacional (PROMEI-UEPG) que possibilita que o acadêmico se afaste da UEPG por um determinado período para cursar disciplinas, realizar estágios ou fazer atividades extracurriculares em uma instituição estrangeira. A mobilidade estudantil pode ser realizada em:

- Instituição estrangeira (universidade/empresa) conveniada com a UEPG.
- Instituição estrangeira (universidade/empresa) sem convênio com a UEPG.
- Programa de Mobilidade In - para recebimento de acadêmicos estrangeiros.

Para os docentes a mobilidade é possibilitada por meio da Res. nº 28/2016 que regulamenta o afastamento de docentes da Universidade Estadual Ponta Grossa – UEPG para participar de seminários, congressos, palestras, estágios técnicos supervisionados ou outras atividades no exterior.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa, por meio do ERI, estabelece acordos de cooperação com instituições estrangeiras, como a Universidade Aberta de Portugal, iniciado em 2011 e renovado em 2020 é um dos exemplos de internacionalização da educação superior na instituição. Ele objetiva definir os procedimentos no âmbito das atividades de mobilidade virtual (MV) de estudantes entre as duas instituições e vai ao encontro da Política de Internacionalização definida por esta instituição em 2018.

3.8 Extensão como Componente Curricular

No contexto nacional, um grande marco para a implementação da extensão universitária como componente curricular encontra-se no Plano Nacional de Educação (decênio 2014-2024) que, em uma de suas metas, traça estratégias para a condução da educação superior no país. Destaca a necessidade de assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária curricular da graduação em ações extensionistas orientadas, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (Brasil, 2014). A Resolução CNE/CES 7/2018 (Brasil, 2018) estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamentou o disposto na meta.

No contexto interno, documentos produzidos pela UEPG dão suporte legal à prática da extensão, desde seu Estatuto e Regimento Geral da UEPG ao Anexo da Resolução CEPE 2020.61, que regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da UEPG. Seu caráter extensionista afirma-se há mais de cinco décadas, confundindo-se com a própria história da instituição.

A proposta de extensão na Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, em consonância com os pressupostos nacionais e locais, considera que, a priori, o estabelecimento do diálogo permanente e construtivo da universidade e do curso com setores da sociedade e com a comunidade em geral. As ações propostas pautam-se no compromisso social e nas demandas emergentes, na promoção do desenvolvimento humano e social, emergem do envolvimento direto com a comunidade e relacionam-se às práticas pedagógicas diretamente vinculadas à formação discente.

Para contribuir na promoção do diálogo comunidade/universidade, é fundamental criar espaço para receber e compreender as demandas sociais, traçar estratégias conjuntas e desenvolver ações junto à comunidade que propiciem a formação em ação, pela relação teoria/prática e na indissociação do ensino com a extensão e a pesquisa. Desta forma, os resultados atingem distintas direções: o cumprimento do papel social da universidade e seu compromisso com a transformação social, a formação acadêmica pautada que dialoga com o contexto real e com a ciência de forma ética, a construção de conhecimentos compartilhados possibilita analisar e ressignificar tanto a teoria e a técnica quanto ao contexto.

As atividades extensionistas estão propostas como parte da carga horária de disciplinas, conforme apresenta o quadro a seguir, perpassando todo o percurso de formação.



DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	CH Ext	CH
Introdução aos Estudos Acadêmicos.	1	1	15	60
Práticas inclusivas e o professor da Educação Especial	1	2	29	60
Práticas inclusivas: Atendimento Educacional Especializado AEE	2	3	35	75
Práticas inclusivas na Educação Infantil	2	4	35	75
Práticas inclusivas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3	5	30	75
Práticas inclusivas no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio	3	6	30	75
Disciplina de diversificação e aprofundamento 1	4	7	15	60
Disciplina de diversificação e aprofundamento 2	4	8	15	60
Disciplina de diversificação e aprofundamento 3	4	8	15	60
Disciplina de diversificação e aprofundamento 4	4	8	15	60
Altas Habilidades/Superdotação: processos de ensino e aprendizagem	4	7	15	75
Deficiência auditiva/Surdez: processos de ensino e aprendizagem	2	3	15	75
Deficiência intelectual: processos de ensino e aprendizagem	2	3	15	75
Deficiência física: processos de ensino e aprendizagem	3	6	15	75
Deficiência visual: processos de ensino e aprendizagem	2	4	15	75
Transtorno do Espectro Autista: processos de ensino e aprendizagem	3	6	15	75
TOTAL			324	

A carga horária de extensão, 324 horas, está distribuída em quatro grandes eixos de formação:

- 1 (uma) disciplina que aborda a articulação da pesquisa, ensino e extensão e orienta o diálogo com a comunidade, a análise das demandas sociais e do planejamento das ações;
- 5 (cinco) disciplinas de Práticas Inclusivas propostas para a prática articuladora, sendo que cada uma propõe um foco de teórico-prático que compreende a reflexão sobre o perfil profissional e social, os contextos da educação especial, os níveis de ensino e o ciclo da vida do ser humano, do nascimento ao envelhecimento;
- 4 (quatro) disciplinas de aprofundamento e diversificação que abordam tópicos especiais em educação especial; e
- 6 (seis) disciplinas relacionadas aos processos de desenvolvimento e aprendizagem das pessoas com deficiências, transtornos e altas habilidades/superdotação.

As ações extensionistas a serem planejadas e desenvolvidas junto a comunidade serão registrados na Proex e propostas a partir demandas analisadas e tendo temáticas a formação, tendo como focos principais: atividades com professores, pessoas com deficiências, TEA, outros transtornos e altas habilidades/superdotação; promoção dos direitos humanos; inclusão escolar e social; combate ao preconceito e as desigualdades.

Para a efetivação da proposta é imprescindível que haja a participação efetiva dos licenciandos nos projetos, no seu planejamento, execução e avaliação.

As práticas inclusivas propostas para o sétimo (7º) semestre do curso, sem carga horária extensionista, desencadeiam no desenvolvimento de um projeto de pesquisa com objeto a ser delimitado a partir da problematização da do ensino, pesquisa e extensão, com pesquisa desenvolvida em OTCC.

3.9 Flexibilização Curricular

A flexibilização curricular nos cursos de licenciatura representa uma estratégia pedagógica inovadora, que visa adaptar o currículo às necessidades e interesses específicos dos estudantes, promovendo uma formação mais completa e diversificada. Essa abordagem se concretiza por meio da oferta de um conjunto de disciplinas de diversificação



e aprofundamento, que têm como principal objetivo complementar a formação profissional dos futuros educadores.

As disciplinas de diversificação, caracterizadas por seu caráter teórico-prático, possibilitam aos acadêmicos aprofundarem-se em áreas específicas de seu interesse, alinhadas ao projeto pedagógico do curso. Essa estratégia promove a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, elementos fundamentais para uma formação docente de qualidade. Além disso, essas disciplinas visam ampliar e diversificar a formação do acadêmico, incorporando princípios de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, e assim, possibilitando um aprofundamento em áreas de estudo específicas.

A carga horária total destinada a essas disciplinas é de 240 horas, distribuídas ao longo do curso. O rol de disciplinas disponíveis para escolha é composto por diversas opções, totalizando 10 disciplinas. Entre elas, destacam-se:

1. **Currículo e Desenho Universal da Aprendizagem (DUA):** Explora estratégias para tornar o currículo acessível a todos os estudantes, independente de suas habilidades ou necessidades.
2. **Contribuições da Psicologia Histórico-cultural para a escolarização das pessoas com deficiências:** Analisa como as teorias histórico-culturais podem contribuir para a inclusão e o sucesso educacional de estudantes com deficiências.
3. **Deficiências e envelhecimento:** Aborda as particularidades do envelhecimento de pessoas com deficiências e as implicações para a prática pedagógica.
4. **Deficiência, preconceito, discriminação e violências:** Discute as diversas formas de preconceito, discriminação e violência que afetam pessoas com deficiências, propondo estratégias de combate e promoção de uma cultura inclusiva.
5. **Geografia e Educação Inclusiva:** Foca em métodos e estratégias para ensinar geografia de forma inclusiva, atendendo às necessidades de todos os estudantes.
6. **História na Perspectiva da Educação Inclusiva:** Aborda abordagens pedagógicas para o ensino de história que sejam acessíveis e inclusivas.
7. **Estudos sobre deficiência e sexualidade:** Examina as questões relacionadas à sexualidade de pessoas com deficiências, promovendo uma abordagem inclusiva e respeitosa.
8. **Jogos, brincadeiras e inclusão escolar:** Explora como jogos e brincadeiras podem ser utilizados como ferramentas pedagógicas para promover a inclusão escolar.
9. **A importância da natureza na Educação Especial:** Investiga a relação entre o contato com a natureza e o desenvolvimento de estudantes com necessidades especiais.
10. **Transtorno de Déficit de Atenção e contexto escolar:** Aborda estratégias e intervenções pedagógicas eficazes para estudantes com Transtorno de Déficit de Atenção.

A flexibilização curricular, portanto, representa uma estratégia pedagógica essencial para atender à diversidade presente nos ambientes educacionais, promovendo uma formação docente mais completa, diversificada e alinhada às necessidades reais dos estudantes.

3.10 Prática como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da UEPG segue as orientações das Diretrizes Curriculares para Formação de Professores para atuação na Educação Básica – Resolução No 2 de 15 de julho de 2015. Com vistas a atender o perfil almejado de formação e atuação dos licenciados em Educação Especial Inclusiva e de acordo com o disposto no art. 11 da Res. CNE/CP nº 2/2019, sobre a organização curricular dos cursos de licenciaturas quanto ao Grupo III, destinam-se à prática pedagógica 810 horas no decorrer do curso, distribuídas em 405 horas para o estágio supervisionado (Grupo III.a) e 405 horas para a prática como componente curricular (Grupo III.b).

As disciplinas que compõem a prática como componente curricular são apresentadas no quadro a seguir:

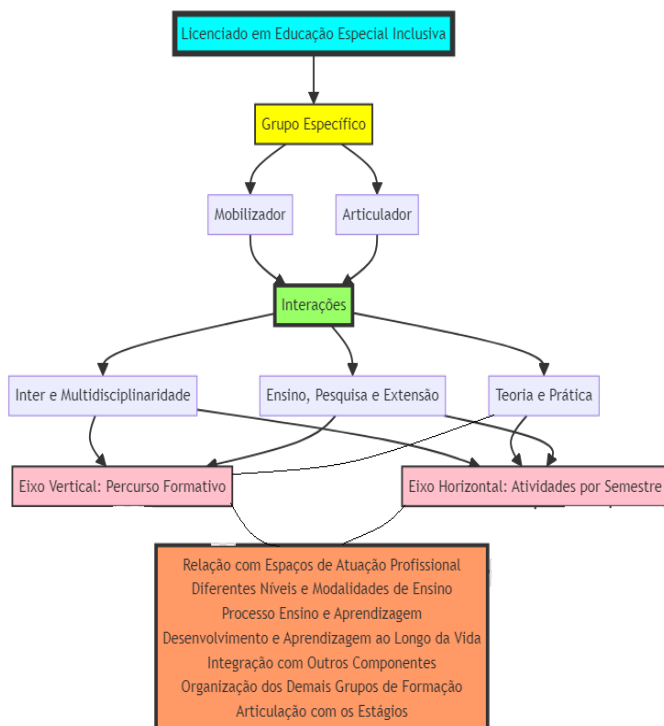


DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	CH	Extensão
Práticas inclusivas e o professor da Educação Especial	1ª	2º	60	29
Práticas inclusivas no Atendimento Educacional Especializado (AEE)	2ª	3º	75	35
Práticas inclusivas na Educação Infantil	2ª	4º	75	35
Práticas inclusivas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3ª	5º	75	30
Práticas inclusivas no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio	3ª	6º	75	30
Práticas e pesquisa em Educação Especial Inclusiva	4ª	7º	45	
Total de Carga Horária do Grupo III.b			405	159

Considera-se que prática como componente curricular, além de compor um grupo específico, tem um grande potencial como eixo mobilizador e articulador da complexa teia dos diferentes níveis de interações na construção de conhecimentos que compõem a formação do licenciado em Educação Especial Inclusiva. Dentre eles, destacam-se:

- a inter e multidisciplinaridade;
- a relação teoria e prática;
- a indissociabilidade da tríade ensino, pesquisa e extensão;
- o eixo horizontal das atividades propostas em cada período (semestre) do curso;
- o eixo vertical que perpassa todo o seu percurso formativo;
- a relação entre os distintos espaços e possibilidades de atuação profissional;
- os diferentes níveis e modalidades de ensino;
- o processo ensino e aprendizagem;
- o processo de desenvolvimento e aprendizagem dos diferentes públicos da Educação Especial ao longo da vida.

Esses diferentes aspectos perpassam a organização dos demais grupos de formação e articulam-se aos estágios.





3.11 Atendimento aos Temas Transversais

Os temas transversais contemplados no presente projeto pedagógico foram definidos de modo a assegurar o cumprimento da legislação, bem como problematizar conteúdos específicos que contribuam para a formação profissional e para o exercício da docência.

Dentre os temas contemplados neste projeto destacam-se:

TEMAS	MARCO LEGAL
LIBRAS	Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências
Meio Ambiente	Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
Relações Étnico-raciais	Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (abordando cultura africana, afrobrasileira e indígena)
Direitos Humanos	Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

4. AVALIAÇÃO

4.1 Avaliação do Curso

O acompanhamento do processo de implementação de um novo curso na instituição demanda a implantação conjunta de um processo avaliativo e autoavaliativo, que promova a participação da comunidade acadêmica (alunos, professores e servidores técnico-administrativos), inerente ao contexto universitário. A avaliação contínua auxiliará nas adequações e aprimoramento do projeto elaborado.

Os Cursos de Licenciatura em Pedagogia da UEPG, presencial e EaD, contam com uma Comissão de Avaliação instituída por meio de portaria que, desde 2017, realiza avaliação discente e docente para organizar as ações dos Colegiados. Pretende-se implementar um modelo semelhante a este no curso de Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva. Além da avaliação de curso realizada pelos NDE e Colegiados de Cursos, a UEPG possui uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) que dá suporte à realização de avaliação de curso e coordena a avaliação destes em relação às metas propostas no PDI.

No processo de criação do curso, foi constituída uma Comissão que exerce, provisoriamente, as funções do Colegiado e do Núcleo Docente Estruturante, que como ação inicial realizou a avaliação prévia para o processo de implementação do curso. Verificaram-se os recursos materiais disponíveis, a infraestrutura física (laboratórios de ensino, salas de aula, acesso à biblioteca); realizaram-se análises de documentos, levantamento de dados, discussões com o corpo docente, gestão universitária e com representantes de instâncias externas para a viabilidade de sua criação. Um dos aspectos considerados no processo foram as demandas sociais indicativas do perfil do egresso.

Uma das estratégias para analisar o processo de implementação e consolidação do projeto do curso será a realização de seminário anual de autoavaliação de curso a partir de dados coletados juntos aos discentes e docentes e no sistema nas Pró-Reitorias de Graduação de Assuntos Acadêmicos. Os dados sistematizados, compartilhados e discutidos no seminário para identificar os aspectos positivos e as fragilidades e rever estratégias e ações pedagógicas e estruturais desenvolvidas no âmbito do Curso.

Desta forma, com o auxílio de outros instrumentos de avaliação, pretende-se obter indicadores sobre o Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva quanto a:



articulação pesquisa, ensino e extensão; aspectos administrativos e de gestão do Curso, aspectos da organização didático-pedagógica, dos índices de desempenho e de evasão dos estudantes.

Entende-se que o processo diagnóstico contínuo de avaliação participativa, coletiva, crítica e independente, ouvindo alunos, professores e funcionários, objetivo da avaliação institucional, além de ser indispensável para a melhoria do curso, é um instrumento transformador da comunidade e da instituição.

4.2 Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar aprovado pela Instituição

O Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do acadêmico do curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva considera o Estatuto e Regimento Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Resolução UNIV 015, de 14 de junho de 2018) e está de acordo com a Res. Univ. 023/2016 e Res. UNIV 012/2017:

SEÇÃO III

Da Operacionalização da Avaliação do Rendimento Escolar

Art. 60. O rendimento escolar do aluno será expresso numa escala de notas de zero (0,0) a dez (10,0), com uma casa decimal, sendo que seu registro será feito ao final de cada semestre para as disciplinas anuais e ao final de cada bimestre para as disciplinas semestrais.

§ 1o A nota a que se refere o caput deste artigo deverá resultar de mais de uma verificação parcial, ficando vedado ao professor a realização de uma única prova ao final do semestre para as disciplinas anuais ou ao final do bimestre para as disciplinas semestrais.

§ 2o O resultado final do processo de verificação da aprendizagem será obtido através da média aritmética simples das duas notas parciais e da nota do exame final, quando couber.

§ 3o A nota mínima para aprovação direta, sem exame final, deverá ser igual a sete (7,0), obtida pela média aritmética simples das duas notas parciais.

§ 4o A nota mínima para aprovação com exame final deverá ser igual a seis (6,0), como resultado da seguinte fórmula:

$$NF = \frac{1a NP + 2a NP + NEF}{3}$$

onde: NF = nota final; 1a NP = primeira nota parcial; 2a NP = segunda nota parcial; NEF = nota do exame final.

§ 5o Ficará impedido de prestar exame final o acadêmico que: a) não obtiver 75% (setenta e cinco por cento) de frequência na disciplina; e/ou b) não atingir, no mínimo, quatro (4,0) como média das duas notas parciais.

§ 6o Nas disciplinas de estágio supervisionado e outras que abranjam atividades de conclusão de curso, o aproveitamento do aluno será verificado de acordo com os respectivos regulamentos e/ou manuais aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

§ 7o O Calendário Universitário estabelecerá os prazos limites para a entrega das notas parciais e da nota do exame final, bem como o período destinado à realização do referido exame.

§ 8o Ao acadêmico que não comparecer ao exame final será atribuída nota zero, ressalvadas as situações previstas em normas institucionais.

Art. 61. O sistema de avaliação do rendimento escolar compreende a aprovação por disciplina e a promoção por série.

§ 1o Será aprovado, na disciplina, o acadêmico que, desde que cumprida a exigência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, obtiver:

a) média das duas notas parciais igual ou superior a sete (7,0);

ou b) nota igual ou superior a seis (6,0), após a realização do exame final.



§ 2o Será promovido à série seguinte o acadêmico que lograr aprovação em todas as disciplinas da série em que se encontra matriculado, admitindo-se, ainda, a promoção com dependência em até:

- a) (02) duas disciplinas, independente da série das mesmas;
- ou b) (01) uma disciplina anual e (02) duas disciplinas de meio ano letivo, independente da série das mesmas;
- ou c) (04) quatro disciplinas de meio ano letivo, independente da série das mesmas.

§ 3o Nos cursos com disciplinas de meio ano letivo a retenção ocorrerá de uma série para outra.

§ 4o Caberá aos coordenadores dos Cursos com disciplinas de meio ano letivo, observar, que a oferta de disciplinas ocorra, preferencialmente, sem lacunas semestrais para o acadêmico, no decorrer do curso.

Art. 62. Em caso de rendimento escolar insatisfatório e/ou insuficiência da frequência regulamentar, o acadêmico estará sujeito à reprovação.

§ 1o Será considerado reprovado na disciplina o acadêmico que se enquadrar em uma das seguintes condições:

- a) não obtiver um mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência;
- b) obtiver média das duas notas parciais inferior a quatro (4,0);
- c) obtiver nota final inferior a seis (6,0) após a realização do exame final.

§ 2o Será considerado reprovado e impedido de promoção à série seguinte o acadêmico que reprovar em:

- a) mais de 02 (duas) disciplinas anuais, independente da série; ou
- b) mais de 01 (uma) disciplina anual e mais 02 (duas) disciplinas de meio ano letivo, simultaneamente, independente da série;
- ou c) mais de 04 (quatro) disciplinas de meio ano letivo, independente da série.

§ 3o Em situações de excepcionalidade, a ser analisada pela Pró-Reitoria de Graduação, suspende-se a obrigatoriedade da retenção na série, não se aplicando o disposto no § 2o.

SEÇÃO IV

Da Dependência

Art. 63. Entende-se por regime de dependência a faculdade de poder o aluno frequentar, independentemente de série, simultaneamente com a série para a qual será regularmente promovido:

- a) 02 (duas) disciplinas anuais, independente da série das mesmas;
- ou b) 01 (uma) disciplina anual e 02 (duas) disciplinas de meio ano letivo, independente da série das mesmas;
- ou c) 04 (quatro) disciplinas de meio ano letivo, independente da série das mesmas.
- d) Parágrafo único. O regime de dependência não dispensa o aluno do cumprimento das normas regimentais relativas à frequência e à avaliação do rendimento escolar.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

5.1 DISCIPLINAS INTEGRANTES DO CURRÍCULO PLENO

A organização curricular dos cursos de licenciaturas atende ao disposto no art. 11, da Res. CNE/CP nº 2/2019, distribuída da seguinte forma:

I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, escolas e práticas educacionais. Trata-se das disciplinas de formação básica geral.

II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.



Apresentam-se como disciplinas de formação específica profissional (II.a) e as disciplinas de diversificação e aprofundamento (II.b)

III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas: a) 400 (quatrocentas) horas para o **estágio supervisionado**, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora (III.a); e b) 400 (quatrocentas) horas para a **prática** dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora (III.b).

5.2 GRUPO I - DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO BÁSICA GERAL

ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	CH Ext	CH
Educação	501	Currículo e Educação Escolar Inclusiva	3	1	-	60
Ensino	509	Didática	1	1	-	60
Educação	501	Direito Educacional e Inclusão Escolar	1	2	-	60
Educação	501	Educação de Jovens Adultos e Idosos	4	1	-	60
Educação	501	Fundamentos da Educação	1	1	-	60
Educação	501	Fundamentos da Educação Especial Inclusiva	1	2	-	60
Pesquisa	501	Introdução aos estudos universitários	1	1	15	60
Gestão Educacional	509	Gestão Educacional	3	2		60
Libras	510	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	1	1		60
Filosofia	501	Ética e Educação Especial	1	1	-	45
Educação	501	Política Educacional	1	2	-	60
Educação	501	Psicologia da Educação	1	1	-	60
Educação	501	Relações Étnico-raciais e Educação Inclusiva	4	2	-	45
Tecnologia	203	Tecnologia da Informação e Comunicação e a Educação Inclusiva	1	2	-	60
Total de Carga Horária do Grupo I						810

5.3 GRUPO II.a - DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA PROFISSIONAL

ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	CH Ext	CH
Linguagem	509	Alfabetização e Letramento na perspectiva inclusiva	2	1	-	75
Arte	508	Artes visuais e inclusão escolar	2	2		60
Educação Especial	501	Altas Habilidades/Superdotação: processos de ensino e aprendizagem	4	1	15	75
Educação Especial	501	Avaliação em Educação Especial	4	2		60
Educação Especial	501	Comunicação Alternativa e Aumentativa e recursos pedagógicos de acessibilidade	3	2		45



Educação Física	303	Corporeidade e deficiência	3	1		60
Educação Especial	501	Deficiência auditiva/Surdez: processos de ensino e aprendizagem	2	1	15	75
Educação Especial	501	Deficiência intelectual: processos de ensino e aprendizagem	2	2	15	75
Educação	501	Deficiência Física: processos de ensino e aprendizagem	3	2	15	75
Educação Especial	501	Deficiência visual: processos de ensino e aprendizagem	3	1	15	75
Música	508	Educação Musical e Inclusão Escolar	1	2		60
Educação	501	Desenvolvimento atípico e intervenção precoce na educação	2	1		60
Ensino	509	Estratégias Universais para a Inclusão Escolar	3	1		60
Educação Infantil	509	Educação Infantil e Inclusão	2	2		60
Ensino	509	Matemática na perspectiva inclusiva	2	2		60
Pesquisa	501	OTCC	4	2		30
Libras	510	Libras e os Estudos Surdos	2	1	-	60
Educação Especial	501	Plano Educacional Individualizado(PEI): Avaliação e intervenções	4	1		60
Psicologia	501	Neurociências e educação	1	1		60
Tecnologia e Educação	203	Tecnologia Assistiva e Educação Especial	2	1		60
Educação Especial	501	Transtornos do neurodesenvolvimento e aprendizagem escolar	1	2		45
Educação Especial	501	Transtorno do Espectro Autista: processos de ensino e aprendizagem	3	2	15	75
Total de Carga Horária do Grupo II.a						1. 365

*Área de conhecimento ou núcleos temáticos ou eixos curriculares. Verificar DCNs.

5.4 GRUPO II.b - DISCIPLINAS DE DIVERSIFICAÇÃO E APROFUNDAMENTO

ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	CH Ext	CH
Educação	501	Currículo e Desenho Universal da Aprendizagem (DUA)	4	1 ou 2	15	60
Psicologia da Educação	501	Contribuições da Psicologia Histórico-cultural para a escolarização das pessoas com deficiências.	4	1 ou 2	15	60
Educação	501	Deficiências e envelhecimento	4	1 ou 2	1 ou 2	60
Educação	501	Deficiência, preconceito, discriminação e violências	4	1 ou 2	15	60
Ensino	509	Geografia e Educação Inclusiva	4	1 ou 2	15	60
Ensino	509	História na Perspectiva da Educação Inclusiva	4	1 ou 2	15	60
Psicologia da Educação	501	Estudos sobre deficiência e sexualidade	4	1 ou 2	15	60
Ensino	501	Jogos, brincadeiras e inclusão	4	1 ou 2	15	60



		escolar				
Ensino	509	A importância da natureza na Educação Especial	4	1 ou 2	15	60
Linguagem	509	Práticas de linguagem e inclusão	4	1 ou 2	15	60
Psicologia da Educação	501	Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade e contexto escolar	4	1 ou 2	15	60
Total de Carga Horária do Grupo II.b					240*	

*Quatro disciplinas de diversificação e aprofundamento compõem a carga horária do curso.

5.5 GRUPO III.a - ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Conforme Regulamento Geral de Estágios Curriculares – Resolução CEPE No 052/2023, que ordena os estágios obrigatórios nos cursos de Licenciaturas Presenciais.

5.5.1 Carga Horária

ÁREAS DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	CH
Estágio	501	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Especial I	2.	2	75
Estágio	501	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Especial II	3.	1	75
Estágio	501	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Especial III	3.	2	90
Estágio	501	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Especial IV	4.	1	90
Estágio	501	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Especial V	4.	2	75
Total de Carga Horária do Grupo III.a					405

5.5.2 Modalidade:

DISCIPLINA DE ESTÁGIO	CARGA HORÁRIA		MODALIDADE DE ORIENTAÇÃO		
	T	P	DIRETA	SEMI-DIRETA	INDIRETA
Estágio Curricular Supervisionado em Educação Especial I	45	30		X	
Estágio Curricular Supervisionado em Educação Especial II	30	45		X	
Estágio Curricular Supervisionado em Educação Especial III	45	45		X	
Estágio Curricular Supervisionado em Educação Especial IV	45	45		X	
Estágio Curricular Supervisionado em Educação Especial V	30	45		X	

5.5.3 Carga Horária de Supervisão de Estágio:

Não se aplica, pois é a primeira oferta do curso.

ANO /SEMESTRE	DISCIPLINA	CURRÍCULO VIGENTE	NOVO CURRÍCULO
2º/ 2ºS	ESTÁGIO I e II	–	262,5h
3º/1ºS	ESTÁGIO I e II	–	262,5h
3º/2ºS	ESTÁGIO I e II	–	262,5h



4º/1ºS	ESTÁGIO III e IV	-	262,5h
4º/2ºS	ESTÁGIO III e IV	-	262,5h
TOTAL			1.312,5h

5.6 GRUPO III.b - PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

ÁREAS DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	CH
Prática como componente curricular	501	Práticas inclusivas e o professor da Educação Especial	1	2	60 (28)
Prática como componente curricular	501	Práticas inclusivas no Atendimento Educacional Especializado AEE	2	1	75 (35)
Prática como componente curricular	501	Práticas inclusivas na Educação Infantil	2	2	75 (35)
Prática como componente curricular	501	Práticas inclusivas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3	1	75 (30)
Prática como componente curricular	501	Práticas inclusivas no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio	3	2	75 (30)
Prática como componente curricular	501	Práticas e pesquisa em Educação Especial Inclusiva	4	1	45
Total de Carga Horária do Grupo III.b					405

5.7 EXTENSÃO COMO COMPONENTE CURRICULAR

5.7.1 Disciplinas:

ÁREAS DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEM.	% Ext	CH
Prática como componente curricular	501	Práticas inclusivas e o professor da Educação Especial	1	2	29	60
Prática como componente curricular	501	Práticas inclusivas: Atendimento Educacional Especializado AEE	2	1	35	75
Prática como componente curricular	501	Práticas inclusivas na Educação Infantil	2	2	35	75
Prática como componente curricular	501	Práticas inclusivas na Anos Iniciais	3	1	30	75
Prática como componente curricular	501	Práticas inclusivas no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio	3	2	30	75
Tópicos especiais em Educação Inclusiva		Disciplina de diversificação e aprofundamento 1	4	1	15	60
Tópicos especiais em Educação Inclusiva		Disciplina de diversificação e aprofundamento 2	4	2	15	60
Tópicos especiais em Educação Inclusiva		Disciplina de diversificação e aprofundamento 3	4	2	15	60
Tópicos especiais em Educação Inclusiva		Disciplina de diversificação e aprofundamento 4	4	2	15	60
Tópicos especiais em Educação Inclusiva	501	Altas Habilidades/Superdotação: processos de ensino e aprendizagem	4	1	15	75
Educação Especial	501	Deficiência auditiva/Surdez: processos de ensino e aprendizagem	2	1	15	75
Educação Especial	501	Deficiência intelectual: processos de ensino e aprendizagem	2	1	15	75
Educação Especial	501	Deficiência Física: processos de ensino e aprendizagem	3	2	15	75



Educação Especial	501	Deficiência visual: processos de ensino e aprendizagem	2	2	15	75
Educação Especial	501	Transtorno do Espectro Autista: processos de ensino e aprendizagem	2	2	15	75
Educação		Introdução aos Estudos Acadêmicos.	1	1	15	60
Total Carga Horária de Extensão					324	

5.7.2 Outras atividades curriculares de Extensão

CARGA HORÁRIA EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO DIVERSAS (NÃO CODIFICADAS NO CURSO)	
CARGA HORÁRIA TOTAL DA EXTENSÃO	324
PORCENTAGEM DE CH DE EXTENSÃO EM RELAÇÃO À CH TOTAL DO CURSO	10%

5.8 DISCIPLINAS NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

5.8.1 Disciplinas:

GRUPO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	% Ext	CH
I	501	Introdução aos estudos universitários	1	1	15	60
I	501	Ética e Educação Especial	1	1		45
II	501	Transtornos do Neurodesenvolvimento e	1	2		45
I	501	Relações étnico-raciais e Educação Inclusiva	4	2		45
II	501	Comunicação alternativa ampliada	3	1		45
I	501	Educação de Jovens Adultos e Idosos	4	1		45
Total					15	285

5.8.2 Carga Horária:

CARGA HORÁRIA TOTAL EAD	
PORCENTAGEM DE CARGA HORÁRIA EAD EM RELAÇÃO À CH TOTAL DO CURSO	10,7*

*máximo de 20% em relação à CH Total do curso (cf. art. 19, Res. UNIV 11/2017)

5.9 DISCIPLINAS COM AULAS PRÁTICAS, EXPERIMENTAIS E/OU LABORATORIAIS

GRUPO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CH TOTAL	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	Nº DE TURMAS*	CH OPERACIONAL**

*Com base no número de vagas do vestibular

** Carga Horária Prática x Número de Turmas

5.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES OU ACADÊMICO CIENTÍFICO-CULTURAIS

As atividades complementares não serão consideradas e computadas para efeito de composição da carga horária do curso. Essas atividades não são obrigatórias para os cursos de graduação em licenciatura.

5.11 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Considera-se que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) resulta do processo de construção do conhecimento que perpassa o decorrer do curso, culminando na autoria de



um trabalho acadêmico pelo discente, relacionado ao campo da Educação Especial, que constitui uma rica oportunidade de aprendizagem para todos os envolvidos. Ao levar em conta essa perspectiva, as diferentes atividades de pesquisa desenvolvidas pelos/as discentes, em articulação com o ensino e a extensão, promovendo um modelo de expansão de gêneros discursivos para a construção e a apresentação da produção de conhecimento na pesquisa educacional. Nesse sentido, são aceitas as seguintes modalidades de TCC: Monografia, Projeto de Ação Pedagógica, Memorial Acadêmico, Produção audiovisual e Ensaio Fotográfico; planos de Atendimento Educacional Especializados; Planejamentos Educacionais Individualizados para atender as demandas de estudantes público da Educação Especial; objetos e produtos de tecnologia assistiva e pedagógicos acessíveis na perspectiva do DUA.

5.11.1 Carga Horária Supervisão do TCC:

ANO	CURRÍCULO VIGENTE	NOVO CURRÍCULO
*	1050	

6. ATENDIMENTO A LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS

LEGISLAÇÃO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Parecer CEE/CES n.º 23/2011 inclui a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como disciplina nos projetos pedagógicos dos Cursos de licenciatura, bacharelado, tecnologia e sequenciais de formação específica, em LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais 51 65 cumprimento ao Art. 3º, do Decreto Federal n.º 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Federal n.º 10.436/2002, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Resolução CEPE n.º 027, de 24 de outubro de 2017, aprova a adequação curricular na oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais– LIBRAS, pelo Departamento de Estudos da Linguagem para os Cursos de Graduação, da UEPG.	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	60
	Libras e os Estudos Surdos II	60
Lei Federal n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Deliberação n.º 02/2016, dispõe sobre as normas para a modalidade Educação Especial no sistema estadual de ensino do Paraná.	Educação Especial e Inclusiva	
Leis n.º10.639/03 e 11.645/08; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE/CP Nº 1/2004); Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP Nº 1/2012); Artigos 210, 215 (Inciso V) e 2016, Constituição Federal de 1988. Leis Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 3, Inciso XII; Art. 26, § 4º, Art. 26-A e Art. 79-B); Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB Nº 7/2010;	Educação das Relações Etnicoraciais	45
	Política Educacional	60
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP Nº 2/2012);	História na Perspectiva da Educação Inclusiva	60
	Geografia e Educação Inclusiva	60



Ciência e Tecnologia - Leis Nº 9.394/1996 (2ª edição, atualizada em 2018. Art. 32, Inciso II e Art. 39), Parecer CNE/CEB Nº 11/2010, Resolução CNE/CEB Nº 7/2010. CF/88, Art. 23 e 24, Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º) e Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio)	Tecnologia da Informação e Comunicação e a Educação Inclusiva	60
---	--	----

7. EMENTAS E BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRUPO I - DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO BÁSICA GERAL

Currículo e Educação Escolar Inclusiva

Ementa: Conceituação de currículo. Teorias de currículo. Currículo universalista e multicultural. Justiça curricular e Educação Inclusiva. Propostas curriculares da Educação Básica. Currículo e seus marcos legais. Diretrizes Curriculares Nacionais. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): introdução, fundamentos e estrutura. Análise de propostas curriculares da Educação Básica: currículos estaduais, municipais e/ou da escola em que trabalha. Currículo e Educação Escolar inclusiva: acessibilidade curricular, flexibilização curricular, diferenciação curricular, Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).

Bibliografia

- GIMENO SACRISTÁN, J. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- GIMENO SACRISTÁN, J. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: ArtMed, 2014.
- LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006.
- LOPES, A. C; MACEDO, E. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MAINARDES, J. **Escola em ciclos**: fundamentos e debates. São Paulo: Cortez, 2009.

Didática

Ementa: Aspectos conceituais, culturais, políticos e históricos da Didática como fundamento da docência na formação do professor. Ensino como objeto de estudo da Didática na escola contemporânea. Concepções de ensino-aprendizagem na prática pedagógica escolar. Professor como mediador da aprendizagem. Planejamento didático no ensino na Educação Especial Inclusiva e seus elementos estruturantes. Aula como forma de organização do ensino. Objetivos de ensino e de aprendizagem. Estratégias de ensino. Avaliação do processo ensino aprendizagem.

Bibliografia:

- ANASTASIOU, L; ALVES, L. (orgs.). **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho docente em aula. 6.ed. Joinville: Univille, 2006.
- CANDAU, V. M. (org.) **Didática**: tecendo/reinventando saberes e práticas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018.
- CORDEIRO, J. **Didática**. São Paulo: Contexto, 2007.
- FARIAS, I. M. S et al. **Didática e docência**: aprendendo a profissão. Brasília: Liber Livro, 2009.
- GASPARIN, J.L. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas: São Paulo: Autores Associados, 2007.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.
- VEIGA, I.P.A. (Org.). **Aula**: gênese, dimensões, princípios e práticas. Campinas/SP: Papirus, 2008.

Direito Educacional e Inclusão escolar



Ementa: Relações entre direito, direitos humanos e direito à educação. Princípios do direito aplicados à educação. O direito como realização da política educacional. Direito à igualdade e à diferença. As relações educacionais, públicas e privadas, no Estatuto da Criança e do Adolescente, Código Civil e Código de Defesa do Consumidor. O processo de judicialização das relações escolares e decisões pertinentes relativas à garantia do direito à igualdade e à diferença.

Bibliografia

CURY, C. R. J. **Os fora de série na escola**. Campinas: Autores Associados. 2005.
DEVINE, C. **Direitos humanos**: referências essenciais. São Paulo: EdUSP, 2007.
FERREIRA, D. (org.). **Direito educacional**: temas educacionais contemporâneos. Curitiba: CRV, 2020.
FERREIRA, L. A. M. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o professor**: reflexos na sua formação e atuação. São Paulo: Cortez, 2008.
KOZEN, A. A. (org.) **Pela justiça na educação**. Brasília; MEC-FUNDESCOLA. 2000.
LIBERATI, W. D. (org.). **Direito à educação**: uma questão de justiça. São Paulo: Malheiros, 2004.
SILVA, P. V. B.; LOPES, J. E.; CARVALHO, A. (orgs). **Por uma escola que protege**: a educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. Ponta Grossa: UEPG; Curitiba, Catedra UNESCO de cultura da Paz UFPR, 2008

Educação de Jovens Adultos e Idosos

Ementa: Trajetória histórica e política da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) no Brasil. Legislação Educacional que regulamenta a EJAI. Proposta curricular para a EJAI e suas várias dimensões. As metodologias do trabalho docente para a EJAI. Educação especial na EJAI.

Bibliografia:

ARROYO, M. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.
BARCELOS, V. **Formação de professores para a Educação de jovens e Adultos**. 6ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
BARCELOS, V. **Educação de jovens e adultos**: currículo e práticas pedagógicas. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
BENVENUTI, J. **Educação de qualidade para EJA**: metodologias e currículos inovadores. Curitiba: Appris, 2021.
CACHIONI, M.; TODARO, M. A. **Política Nacional do Idoso**: reflexão acerca das intenções direcionadas à educação formal. In: ALCÂNTARA, A. O.;
CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. **Política Nacional do Idoso**: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 175- 263.
CAIADO; K. R. M. MELETTI, S. M. F. Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, p. 93-104, 2011.
FRANCO, A. B. M. **O planejamento educacional para alunos público alvo da educação especial do ensino médio integrado**. Universidade Federal de São Carlos, 2020.
NOGUEIRA, M. F. **Educação especial na EJA**: análise do processo de construção da prática docente. Tese. Universidade Federal de São Carlos, 2020.
OLIVEIRA, E.; FERREIRA, E. **O currículo integrado na educação de jovens e adultos**: teorias e concepções. eBook Kindle. 2020.

Ética e Educação Especial

Ementa: Estudo da ética enquanto objeto, campo e definição. Busca da compreensão das origens e transformações histórico-sociais da moral. Análise da ética nas relações sociais, educacionais e profissionais, da bioética e pesquisa em seres humanos.

Bibliografia



DINIZ, Débora. **O que é bioética**. São Paulo: Brasiliense, 2002. v.315. 69 p.
MEIRA, Ana Claudia Hebling (org). **Ética**: ensaios interdisciplinares sobre teoria e práticas profissionais. São João da Boa Vista: UNIFEQB, 2006.
PAULA, Lucilia A.L. Ética, cidadania e Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**. 4|: 91-109. Disponível em http://www.marilia.unesp.br/abpee/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista4numero1pdf/r4_art08.pdf. Acesso em: outubro de 2011.
SEVERINO, F. E. S. (org.). **Ética e formação de professores**: política, responsabilidade e autoridade em questão. São Paulo: Cortez, 2011. p. 130-149.

Fundamentos da Educação

Fundamentos filosóficos, históricos e sociológicos da Educação. Ética e Educação. Teorias da Educação. Abordagens contemporâneas da Educação. A relação entre Modernidade e Pós-modernidade. Tópicos de Educação e Inclusão Escolar.

Bibliografia:

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das Ciências Humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 58. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
GOERGEN, P. **Pós-modernidade, ética e educação**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico social dos conteúdos. 28. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
MARX, K. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. PLATÃO. A República. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
ROUSSEAU, J. **O Emílio ou da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004

Fundamentos da Educação Especial Inclusiva

Ementa: Abordagem histórico-política da educação especial e inclusiva. Marcos legais da Educação Especial e da Inclusão Educacional. A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e o seu público-alvo. A escola e o processo de inclusão de alunos público-alvo da educação especial. Rede social de apoio, intersetorialidade e inclusão escolar.

Bibliografia

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008.
BRASIL. **Lei n. 13.146/2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.
FERNANDES, L. B.; SCHLESENER, A.; MOSQUERA, C. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. **Revista InCantare**, Curitiba, v.2, p. 132-144, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/incantare/article/view/181>. Acesso em: 27/10/2023.
JANNUZZI, G. **A educação do deficiente no Brasil**. São Paulo: Autores associados, 2012.
MAZZOTTA, M. J. da S. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
MENDES, E. G. A Política de Educação Inclusiva e o Futuro das Instituições Especializadas no Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 27(22). Doi:



<http://dx.doi.org/10.14507/epaa.27.3167>.

Disponível

em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7434605>. Acesso em: 27 out. 2023.

PLETSCH, M. D. **A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil**: da institucionalização às políticas de inclusão (1973-2013). Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, Arizona, Estados Unidos, v.22, n.81, p. 1-29, ago. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2750/275031898089.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

MENDES, G. M. L.; PLETSCH, M. D.; HOSTINS, R. C. L. (Orgs.). **Educação Especial e/na Educação Básica**: entre especificidades e indissociabilidades. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/images/ebook-educacao-especial-e-na-educacao-basica.pdf>. Acesso em: 27. Out. 2023.

MICHELS, M.H. O que há de novo na formação de professores para a Educação Especial? **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 24, n. 40, p. 219-232, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revista_educacaoespecial>. Acesso em: 12 abr. 2023.

Gestão Educacional

A constituição histórica da dinâmica escolar a partir da relação escola, política educacional e comunidade escolar. A organização e a gestão educacional/escolar em diferentes paradigmas: gestão autocrática, autogestão, gestão democrática e gerencialismo. a gestão democrática da escola: projeto político pedagógico, instâncias colegiadas de gestão e participação da comunidade escolar na gestão democrática.

Bibliografia:

ANDREOTTI, A. L.; LOMBARDI, J. C.; MINTO, L. W. (orgs.). **História da administração escolar no Brasil**: do diretor ao gestor. Campinas: Alínea, 2010.

ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea**. Campinas: Autores Associados, 2005.

BALL, S. J. **Como as escolas fazem as políticas**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2021.

CÂNDIDO, A. A estrutura da escola. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. M. (Orgs.). **Educação e sociedade**. 6. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia, Heccus, 2013.

LUIZ, M. C. **Conselho escolar**: algumas concepções e propostas de ação. São Paulo: Xamã, 2010.

PARO, V. H. **Administração escolar**: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2015.

WERLE, F. O. **Conselhos escolares**: implicações na gestão da escola básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

Introdução aos estudos universitários

Ementa: Orientação pedagógica para estudos, leitura, análise de texto e escrita acadêmica. Normas de escrita acadêmica. A articulação ensino, pesquisa e extensão no contexto universitário. As especificidades da pesquisa e da extensão. Atividades de pesquisa e extensão, inserção social e educação inclusiva.

Bibliografia:

BARNES, R. **Seja um ótimo aluno**: guia prático para um estudo universitário eficiente. Campinas: Papyrus, 1995.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

GIL, A. C. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Barueri: Atlas, 2021.

NUNES SOBRINHO, F. P.; NAUJORKS, M. I. (Orgs.). **Pesquisa em educação especial**: o desafio da qualificação. Bauru: EDUSC, 2001.

SANTOS, J.; ROCHA, B.; PASSAGLIO, K. Extensão Universitária e formação no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2016.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Biblioteca Central Prof. Faris Michaelae. **Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos**. 4. ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2019

Língua Brasileira de Sinais (Libras)

Teoria (50% da CH): As línguas de sinais no mundo e no Brasil. Conhecimentos básicos sobre os fundamentos linguísticos da Libras (Fonologia e Morfologia). Modelos educacionais para surdos e legislação. Identidade Surdas. Audismo x Surdismo. Oralidade x Surdidade. Os profissionais da educação de surdos e a ética: o professor bilíngue e o TILSP. Prática (50% da CH): Corporeidade, a consciência corporal e as expressões corporo-faciais simples. Uso do corpo e do espaço. Descrição básica de pessoas e cenários. Comunicação inicial em Libras: narrativas pessoais simples; soletração datilológica e de numerais; expressões faciais negativas e interrogativas

Bibliografia

BRITO, L. F. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

CAPOVILLA, F. C. et al. **Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a Libras em suas mãos**. v. I e II. São Paulo: USP, 2017.

FACUNDO, J. J.; VITALINO, C. R. **A disciplina de Libras na formação de professores**. Curitiba, PR: CRV, 2019. 109 p.

FERNANDES, S. **Metodologia da educação especial**. Curitiba: IBPEX, 2007.

GESSER, A. **Libras? Que Língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.

KARNOPP, L. B.; QUADROS, R. M. de. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, R. M. de. (org.) **Gramática da Libras**. V-book. Petrópolis: Arara Azul, 2022. Disponível em: <https://editora-arara-azul.com.br/site/produtos/detalhes/126>

QUADROS, R. M. de. **Libras**. São Paulo: Parábola, 2019.

Libras e os Estudos Surdos I

Ementa: Teoria (50% da CH): A importância da cultura surda no desenvolvimento cognitivo de alunos surdos. Artefatos culturais surdos. Libras como L1 e como L2. Letramento surdo e as adaptações curriculares e avaliativas. Conhecimentos básicos sobre os fundamentos linguísticos da Libras (Sintaxe, Semântica e Pragmática). Prática (50% da CH): Expressões corporo-faciais complexas. Comunicação básica em Libras: narrativas pessoais complexas; construção de pequenos textos; produção midiática em Libras.

Bibliografia:

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua brasileira de sinais**. v. I e II. São Paulo: USP, 2001. 2 e.

LACERDA, C.B.; SANTOS, L. F. dos. **Tenho um aluno surdo, e agora?** São Carlos: EDUFSCar, 2021.

LADD, P. **Compreendendo la cultura sorda: en busca de la Sordedad**. Chile: Concepción, 2011. 518 p.

LADD, P. **Em busca da Surdidade 1: colonização dos Surdos**. Portugal: Surd'Universo, 2013.

LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L de; TESKE, O. (orgs.). **Letramento e Minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

QUADROS, R. M. de; FINGER, I. **Teorias de aquisição da Linguagem**. Florianópolis: UFSC, 2017. 3 e.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, R. M. de. (org.) **Gramática da Libras**. V-book. Petrópolis: Arara Azul, 2022. Disponível em: <https://editora-arara-azul.com.br/site/produtos/detalhes/126>



SANTANA, A. P. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Plexus, 2007.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: UFSC, 2008.

Política Educacional

Ementa: Conceitos de Política e Política Educacional. Concepções de Estado e suas relações com a educação e sociedade. Dimensões históricas, políticas, sociais e econômicas relativas à organização da educação brasileira. Ordenamentos legais da educação brasileira: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9394/96) e legislações decorrentes. Políticas Curriculares – BNCC e Políticas de Formação de Professores. Formação política do profissional da educação. Temas emergentes da política educacional brasileira e suas relações com as especificidades da Educação Especial.

Bibliografia

AZEVEDO, M. J. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 2004.

BALL, S. J. ; MAINARDES, J. **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

CAMPOS, M. A. A. T.; SILVA, M. R. (orgs.). **Educação: Movimentos Sociais e Políticas Governamentais**. Curitiba: Appris, 2017.

DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (orgs.). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

FÁVERO, O. **A educação nas constituições brasileiras (1823-1988)**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. DE; TOSCHI, M.S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUZA, A. R.; GOUVEIA, A. B.; TAVARES, T. M. (orgs.). **Políticas Educacionais: conceitos e debates**. Curitiba: Appris, 2013.

VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. **Política educacional no Brasil: uma introdução histórica**. Brasília: Liber Livro, 2011.

VIEIRA, S. L. **Educação básica: política e gestão da escola**. Brasília: Liber Livro, 2010.

Psicologia da Educação

Ementa: Psicologia e Psicologia da Educação. Aprendizado e desenvolvimento nos contextos escolar e não-escolar: perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano. Análise do Comportamento, Psicanálise, Epistemologia Genética e Psicologia Histórico-Cultural. Emoção, afetividade e aprendizagem. A adolescência no enfoque psicossocial e cultural. Psicologia e Ensino na Educação Especial Inclusiva.

Bibliografia

ALMEIDA, L. R. ; MAHONEY, A. A. (org.). **Aprendizagem e afetividade: contribuições de Henri Wallon**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: ArtMed, 1996.

CARRARA, K. (Org.). **Introdução à psicologia da educação: seis abordagens**. São Paulo: Avercamp, 2004.

LEAL, Z. F. de R.G.; FACCI, M. G. D.; SOUZA, M. P. R. **Adolescência em foco: contribuições para a psicologia e para a educação**. Maringá: EDUEM, 2014.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. In: FREUD, S. **Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 18. p. 13-122.



JACÓ VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. **História da Psicologia: rumos e percursos.** Rio de Janeiro: NAU, 2010.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia.** 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

SKINNER, Burrhus F. **Ciência e comportamento humano.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VIGOTSKI, Lev. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VYGOSTSKY, L. S. **Problema de defectologia.** Vol. 1. São Paulo: Expressão popular, 2021.

Relações étnico-raciais e Educação Inclusiva

Ementa: A educação inclusiva e as relações raciais e étnicas no Brasil. Conceitos de raça e etnia, racismo, preconceito e discriminação. História e prática das leis 10.639/03 e 11.645/08. Legislação educacional específica sobre estudo das contribuições africanas, afrodescendentes e indígenas. História e cultura africana e indígena. A interseccionalidade entre raça, gênero, deficiência e condição social.

Bibliografia

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2004.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica:** Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica, 2012.

GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. e (orgs.). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores.** 3a. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FERNANDES, F. A **Integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Globo, 2008.

MUNANGA, K. (coord.). **Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PEREIRA, A. A.; MONTEIRO, M. A (orgs.). **Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas.** Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

Tecnologia da Informação e Comunicação e a Educação Inclusiva

Ementa: Tecnologias da informação e comunicação e a educação. A mediação pedagógica no ensino-aprendizagem através das TIC. Ferramentas tecnológicas para aprendizado adaptativo: Software educacional, aplicativos, e-learning, entre outros. Acessibilidade e Design Universal. Ética e segurança no uso da tecnologia na Educação Especial.

Bibliografia:

BARANAUSKAS, M. C. C.; MARTINS, M. C. e VALENTE, J. A. **Codesign de Redes Digitais: Tecnologia e Educação a Serviço da Inclusão Social.** 1ª edição, editora penso, 2013.

BERETTA, E. M. e KINDLEIN-JR, W. **Design e Tecnologia Assistiva,** 1ª edição, Novas Edições Acadêmicas, 2015

BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva.** Porto Alegre: CEDI, 2017.

DELGADO GARCIA, J. C.; ITS BRASIL. **Livro Branco da Tecnologia Assistiva no Brasil.** Organizadores: Delgado Garcia, Jesus Carlos e Instituto de Tecnologia Social – ITS BRASIL, São Paulo, 2017.

FIGUEIRA, E. **O Que é Educação Inclusiva.** Coleção Primeiros Passos, editora Brasiliense, 2011.

GALVÃO FILHO, T. **Tecnologia Assistiva: um itinerário da construção da área no Brasil.** Curitiba: Editora CRV, 2022, 146 p., ISBN: 978-65-251-2680-7

HUMMEL, E. I. **Tecnologia Assistiva: A inclusão na Prática.** 1ª edição, APPRIS, 2015.



ITS BRASIL. **Tecnologia Assistiva nas escolas: recursos básicos de acessibilidade sociodigital para pessoas com deficiência.** São Paulo: Instituto de Tecnologia Social – ITS Brasil, 2008.

SALA, E.; ACIEM, T. M. **Educação inclusiva: aspectos políticos, sociais e práticos.** Jundiá: Paco, 2013.

GRUPO IIA - DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA PROFISSIONAL

Alfabetização e Letramento na perspectiva inclusiva

Ementa: Aquisição e desenvolvimento da linguagem e da fala. As diferentes linguagens na constituição das crianças e jovens público-alvo da Educação Especial. Concepções, métodos e práticas pedagógicas de alfabetização numa perspectiva inclusiva. Letramento para crianças e jovens com deficiência.

Bibliografia:

FARACO, C. A. **Linguagem escrita e Alfabetização.** São Paulo: Contexto, 2018.

FARIAS, E. R. S; GRACIANO, E. R. **Dificuldades e distúrbios de aprendizagem.** Série Panoramas da Psicopedagogia. Curitiba: InterSaber, 2019.

GOMES, M. F; SENA, M.G. (orgs). **Dificuldades de aprendizagem na alfabetização.** 2.ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GONÇALVES, A. G.; CIA, F.; CAMPOS, J. A. de P. (Orgs.) **Letramento para o estudante com deficiência.** São Carlos: EDUFSCar, 2018.

MOUSINHO, R.; NAVAS, A. L. Mudanças apontadas no DSM-5 em relação aos transtornos específicos de aprendizagem em leitura e escrita. **Debates em Psiquiatria**, v. 6, n. 3, p. 38-46, 2016.

PISACCO, N. M. T. et al. Intervenções escolares em alunos com transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. In: ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; DOS SANTOS RIESGO, R. **Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar.** Artmed Editora, 2015.

ROHDE, L. A. P.; BENCZIK, E. B. P. **Transtorno de Déficit de Atenção/hiperatividade.** São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2005.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo. Parábola Editorial, 2009.

ROSA, M. G. **Dificuldades de aprendizagem na alfabetização.** *Revista Praxis Pedagógica*, v. 2, n. 1, jan./mar. 2019, p. 135-148.

SAMPAIO, S. **Dificuldades de Aprendizagem: a Psicopedagogia na Relação.** São Paulo: Editora Wak, 2011.

SAMPAIO, S. FREITAS, B. I. **Transtornos e dificuldades de aprendizagem: entendendo melhor os alunos com necessidades educacionais especiais.** 2. ed., Rio de Janeiro: Wak, 2014.

SOARES, M. **Alfalettrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever.** São Paulo: Contexto, 2020.

SHAYWITZ, S. **Entendendo a dislexia: um novo e completo programa para todos os níveis de problemas de leitura.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

TRENTINI, J. **Aprendendo a falar: do gugu-dadá ao mamãe me dá.** São Paulo: Much Editora, 2018.

Altas Habilidades/Superdotação: processos de ensino e aprendizagem

Ementa: Mitos e representações sociais. Definição e identificação. Aprofundamento e enriquecimento curriculares. Núcleo de Atividades de Altas Habilidades Superdotação (NAAH/S).

Bibliografia

Dossiê altas habilidades ou superdotação: diferentes perspectivas (inter)nacionais para a identificação, a avaliação e o enriquecimento, v. 10, n. 1. **Rev. Diálogos e Perspectivas em**



Educação Especial. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/issue/view/717>. Acesso em 25.out.2023.

FREITA, S. N. Orientações a pais e professores de alunos com altas habilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 13(1), 147–148, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/rbee/a/N5D6sDXkx5p9b8z8PZxknqg/#>. Acesso em 25.out.2023.

SCHIPPER, Carla Maria de et al. **Ensino da pessoa com altas habilidades/superdotação**. Porto Alegre: Sgh, 2020. Disponível em: Minha biblioteca UEPG. Acesso em 03 mar. 2023.

Artes Visuais na Educação Inclusiva

Ementa: Importância da Arte na socialização, aprendizagem e inclusão. Arte e a Educação no processo do autoconhecimento, ajudando no desenvolvimento global da criança, na socialização com seus pares e demais grupos sociais. Arte e a Inclusão a partir de diversas linguagens com atividades como a colagem, a pintura, a escultura, o desenho, a performance rompendo barreiras, ultrapassando limites através do fazer artístico e suas possibilidades. Arte como ferramenta da Educação Inclusiva.

Bibliografia

BARBOSA, A. M. **A imagem no ensino de Arte**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BARBOSA, A. M. **Porque e como: arte na educação**. Tradução . Brasília: ANPAP, 2004.

COSTA, R. X. A socialização do portador de deficiência mental através da arte. **Revista Integração**. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, ano 12, edição especial, p. 16-19, 2000.

FISCHER, E. **A necessidade da arte**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

MENDONÇA, S.; ANDRAUS, M. B. M. Políticas públicas em educação: ensino de artes e de filosofia em educação inclusiva. **Educação Temática Digital**, v. 18, n. 1, p. 3–22, 2016. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/299998681_Politicas_publicas_em_educacao_ensino_de_artes_e_de_filosofia_em_educacao_inclusiva. Acesso em: 02.out.2023.

RICIERI, J. G. B.; SANTOS, M. M. A arte inclusiva e a inclusão da arte: alguns apontamentos. **Revista da Fundarte**, v. 15, n. 29, p. 64–73, 2015. Disponível em: <https://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/article/view/144>. Acesso em 25.out.23.

SANTANA, C. G. **A arte e a educação inclusiva: uma possibilidade real**. Curitiba: IESDE, 2004.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Avaliação em Educação Especial

Ementa: Concepções sobre avaliação. Avaliação, desenvolvimento e aprendizagem. Ética e avaliação. Avaliação acessível e suas diferentes dimensões no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiências, transtornos e altas habilidades/superlotação.

Bibliografia:

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e Avaliação na Escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRIDI, F. R de S.; PAVÃO, S. M. de O. **Avaliação e atendimento educacional especializado: enfoques e práticas pedagógicas**. In: SILUK, A. C. P; PAVÃO, S. M de O. Avaliação: reflexões sobre o processo avaliativo no atendimento educacional especializado. Santa Maria: UFSM, Ed.pE.com, 2015.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 39a ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. 1a ed. São Paulo: editora Cortez, 2011.



MENDES, E. G. CIA, F. D"AFFONSECA, S. **Inclusão Escolar e Avaliação do Público-Alvo da Educação Especial**. São Carlos/ SP: Marquezine & amp; Manzini: ABPEE, 2015.
OLIVEIRA, M. C. de. **Avaliação de necessidades educacionais especiais**: construindo uma nova prática educacional. 157F. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2008.

Comunicação Alternativa e Aumentativa CAA e recursos pedagógicos de acessibilidade

Ementa: Fundamentos sobre os sistemas de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) e a utilização de outras terminologias. Interdisciplinaridade no trabalho com a CAA e sua utilização na Educação Especial. Necessidades dos usuários não falantes que utilizam outras modalidades para a constituição dos sentidos no contexto escolar e em outros espaços. Elaboração de recursos de comunicação utilizando baixa tecnologia. Análise de recursos de alta tecnologia utilizados na CAA e de recursos de acessibilidade ao computador (apoio à escrita e leitura, função do teclado e mouse). Adequação de materiais pedagógicos com a CAA.

Bibliografia

BRASIL. **Portal de ajudas técnicas para educação**: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos para comunicação alternativa. Fascículo 2. Brasília: MEC/SEESP, 2004 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/comunicacao.pdf>. Acesso em: 27.Out. 2023.

ANDERSEN, A. C. DE S.; DE LIMA FERREIRA, J. Comunicação Aumentativa e Alternativa na educação especial e inclusiva: estado da arte (2008-2021). **Linguagens, Educação e Sociedade**, 27(53), 353-373. Disponível em: <https://doi.org/10.26694/rles.v27i53.3585> . Acesso em: 27.Out. 2023.

FARAH, S.; COSTA RENDERS, E. C. Práticas educativas inclusivas: aproximações entre o DUA e a comunicação alternativa na escola. **ECCOM: Educação, Cultura e Comunicação**, v. 14, n. 27, 2023.

MURILLIO, P. C.; ZANIOLO, L. O. Comunicação alternativa na Educação Infantil: novas práticas pedagógicas. **Olhares**: Revista do Departamento de Educação da Unifesp, v. 3, n. 1, p. 122-142, 2015.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43218> . Acesso em: 27.Out. 2023.

Corporeidade e deficiência

Ementa: Corporeidade, corpo e cultura. Educação corporal. Psicomotricidade. História, diversidade corporal e funcional. Corpo na escola. Corpo e movimento. Deficiência, aprendizagem ativa e ludicidade.

Bibliografia

FERRAZ, Carla. Psicomotricidade e desenvolvimento humano. Revista **Primeira Evolução**, v. 1, n. 19, p. 21-25, 2021.

TEIXEIRA, A. K. S.; COUTO, H. R. F. de. Educação, corporeidade e a pessoa com deficiência visual: Um diálogo necessário. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 4, p. 2987–3008, 2022. DOI: 10.21723/riaee.v17i4.17371. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17371>. Acesso em: 30 out. 2023.

NISTA-PICCOLO, V. L. et al. As inteligências expressas na corporeidade vivida no cotidiano escolar. **Revista educação e cultura contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 44, p. 369-393, 2019. Disponível em:



<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/3459>. Acesso em: 07 jun. 2022.

SCORSOLINI-COMIN, F. ; AMORIM, K. de S. " Em meu gesto existe o teu gesto": corporeidade na inclusão de crianças deficientes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, p. 261-269, 2010.

Deficiência auditiva e surdez: processos de ensino e aprendizagem

Ementa: Aspectos históricos e sociológicos. Parâmetros, definições e características da deficiência auditiva e surdez. Busca de compreensão sobre o trabalho multidisciplinar, acessibilidade ao currículo escolar. Atendimento pedagógico da deficiência auditiva e surdez. Deficiência auditiva e surdez e movimentos sociais: acessibilidade, inclusão e emancipação.

Bibliografia

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 2, 7 jul 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 20 out. 2023.

QUADROS, R. **Inclusão de surdos**: uma das peças do quebra-cabeça da educação. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47938/1/u1_d24_v21_t05.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

LACERDA, C. B. F. de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 19, n. 26, 1998a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300007>. Acesso em: 20 jul. 2021.

LACERDA, C. B.F. de. **O surdo e o atendimento educacional especial: onde se aprende a Libras? Em ambiente natural ou artificial**. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/Portals/1/Files/19730.pdf>.

Acesso em

Deficiência intelectual: processos de ensino e aprendizagem

Ementa: Deficiência intelectual: aspectos históricos e sociológicos. Parâmetros, definições e conceitos de deficiência intelectual. Identificação e avaliação da deficiência intelectual. Atendimento pedagógico da deficiência intelectual: Deficiência intelectual e movimentos sociais: acessibilidade, inclusão e emancipação.

Bibliografia

GARGHETTI, F. C.; MEDEIROS, J. G.; NUERNBERG, A. H. Breve história da deficiência intelectual. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, n. 10, jun./jul. 2013.

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental**: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 2005.

MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação**: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MILANEZ, S.; OLIVEIRA, A. A.; MISQUIATTI, A. R. **Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento**. Marília: Oficina Universitária; 2012.

PLETSCH, M. D. **Repensando a inclusão escolar**: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: Nau/ Edur, 2010.

Deficiência física: processos de ensino e aprendizagem

Ementa: Deficiência física: aspectos históricos e sociológicos. Parâmetros, definições e características da deficiência física e neuropsicomotora. Busca de compreensão sobre o trabalho multidisciplinar, acessibilidade física e acessibilidade ao currículo escolar.



Atendimento pedagógico da deficiência física. Deficiência física e movimentos sociais: acessibilidade, inclusão e emancipação.

Bibliografia:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: 2004. ABNT, 2004. 97 p. Disponível em <http://www.mpdf.gov.br/sicorde/NBR9050-31052004.pdf>

BRASIL. **Portal de ajudas técnicas para educação:** equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos pedagógicos adaptados / Secretaria de Educação Especial - Brasília: MEC: SEESP, 2006, fascículo 1. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12681:portal-de-ajudas-tecnicas>.

Acesso em: 03 mar. 2023.

BRASIL. **Lei Federal 10.098.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: 2000.

BRASIL. **Educação Infantil:** Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física. Brasília: MEC, SEESP, 2006. 98p.

BRASIL. **Manual de acessibilidade espacial para escolas:** o direito à escola acessível. Brasília: MEC/ SEESP, 2009. 115 p

FERNANDES, A.C., RAMOS, A.C.R., CASALIS, M.E.P., HEBERT, S.K. **Medicina e Reabilitação:** princípios e práticas. Artes Médicas, 2007.

GONÇALVES, A. G. Desafios e condições para aprendizagem do aluno com deficiência física no contexto da escola inclusiva. **Rev. Poíesis Pedagógica**, v. 12, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/31206>. Acesso em: 27.out.2023.

MANZINI, E.J. **Tecnologia Assistiva para educação:** Recursos pedagógicos adaptados. In: Ensaios pedagógicos - construindo escolas inclusivas : 1. ed. Brasília : MEC, SEESP, 2005.p.82 a 86.

Deficiência visual: processos de ensino e aprendizagem

Ementa: Aspectos históricos. Parâmetros, definições e concepções. Sistema Braille. Orientação e mobilidade. Tecnologias assistivas. Atendimento pedagógico da deficiência visual. Deficiência visual e movimentos sociais: acessibilidade, inclusão e emancipação.

Bibliografia

ALMEIDA, A.C. C., MOREIRA, M. das G. **Introdução à audiodescrição em sala de aula.** Ponta Grossa: Atenas, 2021.

BRASIL. **Soroban:** Manual de técnicas operatórias para pessoas com deficiência visual. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

BRASIL. **Grafia Braille para Língua Portuguesa.** Brasília: MEC/SECADI, 2018.

BRASIL. **Orientação e mobilidade:** Conhecimentos básicos para a inclusão do deficiente visual. Brasília: MEC, SEESP, 2003. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ori_mobi.pdf. Acesso em: 25.out.2023.

BRASIL. **Manual de acessibilidade espacial para escolas:** o direito à escola acessível. Brasília: MEC, SEE, 2009. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/41/docs/manual_escolas_-_deficientes.pdf.pdf.

Acesso em: 03 mar. 2023.

LAPLANE, Adriana Lia Frizman de; BATISTA, Cecília Guarneiri. Ver, não ver e aprender: a participação de crianças com baixa visão e cegueira na escola. **Cadernos CEDES** [online]. 2008, v. 28, n. 75. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32622008000200005>>. Acesso em 02. mar. 2023.

RANGEL, F.; PRESTES, Zoia; TUNES, Elizabeth (org.). **O chão de terra firme em que nos movemos:** a teoria histórico-cultural e a cegueira. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2023.



SALTON, Bruna Poletto; AGNOL, Anderson Dall; TURCATTI, Alissa. **Manual de acessibilidade em documentos digitais**. Bento Gonçalves: Centro Tecnológico de Acessibilidade, 2017. Disponível em: <https://cta.ifrs.edu.br/livro-manual-de-acessibilidade-em-documentos-digitais/>. Acesso em: 02 de mar. 2023.

Desenvolvimento atípico e intervenção precoce na educação

Ementa: A Intervenção Precoce no contexto da Educação Infantil e do Atendimento Educacional Especializado na perspectiva Inclusiva. O desenvolvimento integral da criança com foco na idade de zero a três anos e o brincar no contexto da Intervenção Precoce no processo de inclusão educacional. Envolvimento da família na Intervenção Precoce em ambientes naturais. A criança com atraso no desenvolvimento e a Intervenção Precoce: práticas pedagógicas docentes e familiares e a estimulação do desenvolvimento na primeira infância.

Bibliografia:

ALMEIDA, I. C. Intervenção Precoce: Focada na criança ou centrada na família e na comunidade? **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 22, n. 1, p. 65-72. Disponível em: https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/5956/1/2004_22%281%29_65.pdf. Acesso em: 26 out. 2023.

BAIRRÃO, J.; ALMEIDA, I. C. Questões Actuais em Intervenção Precoce. **Psicologia**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 15–29, 2003. DOI: 10.17575/rpsicol.v17i1.436. Disponível em: <https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/436>. Acesso em: 26 out. 2023.

BRASIL. **Diretrizes de estimulação precoce: crianças de zero a 3 anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor**. Brasília: Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde, 2016. Disponível em: <http://www.abenforj.com.br/site/arquivos/manuais/298%20Diretrizes-de-estimulacao-precoce.pdf> >. Acesso em: 30 maio. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas de Educação Especial. **Nota Técnica Conjunta 02/2015**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=18047-ntc-02-orientacoes-para-organizacao-oferta-do-ae-na-educacao-infantil&Itemid=30192. Acesso em: 26 out. 2023.

FORMIGA, C. K. M. R.; RAMOS, B. R. Programas de Intervenção Precoce: Orientações Gerais e Experiências. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, Marília, v.3, n.2, p. 111-116, jul. - dez. 2016. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6755>>. Acesso em: 22 ago. 2018

KAUFFMANN, J. D. **A Intervenção Precoce e o processo de inclusão educacional na Educação Infantil**: ações e concepções de professores de Educação Especial. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

NASCIMENTO et al. Programas de intervenção precoce: caracterização de instituições e profissionais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, p. 431- 446 abr./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/26414>>. Acesso em 15 jun.2018.

SERRANO, A. M.; PEREIRA, A. P. Parâmetros recomendados para a qualidade da avaliação em Intervenção Precoce. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, v. 24, n. 40, 163-180, maio/ago. 2011.

SILVA, M. I. A. F. da. **Intervenção Precoce na infância**: revisão de literatura no contexto brasileiro. 117p. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.



SILVA, S. M. M.; COSTA, M. P. R. Brincar na família: orientação a pais ou cuidadores sobre atividades estimuladoras. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org). **Das margens ao centro**: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação inclusiva. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.

Educação Infantil e Inclusão

Ementa: Educação Inclusiva e Educação Infantil: princípios, concepções e legislação. Educação Especial e inclusão na Educação Infantil. Acessibilidade e processos educativos colaborativos na Educação Infantil. Práticas inclusivas na Educação Infantil: vivências, experiências e brincadeiras.

Bibliografia:

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil**: saberes e práticas da inclusão. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/192-secretarias-112877938/seesp-esducao-especial-2091755988/12654-saberes-e-praticas-da-inclusao-educacao-infantil>

FREITAS, M. C. de. Diversidades culturais, deficiências e inclusão: a potência curricular da educação infantil. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 13, n. 33, p. 333–354, 2021. DOI: 10.28998/2175-6600.2021v13n33p333-354. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12549>. Acesso em: 31 out. 2023.

GONZALEZ-MENA, Janet. **Fundamentos da educação infantil**: ensinando crianças em uma sociedade diversificada. Porto Alegre: Editora Penso -AMGH, 2015.

MARTINS, Gabriela Dal Forno; STERNBERG, Priscilla Wagner; ROZEK, Marlene (Org.). **Infância e inclusão**: princípios inspiradores da atuação na Educação Infantil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.

VICTOR, Sonia Lopes; FRANÇA, Marileide Gonçalves; TEIXEIRA, Renata Imaculada de Oliveira. **Os sujeitos da educação especial e seus processos de inclusão na educação infantil**. Vitória, ES: Edifes, 2018.

Educação Musical e Inclusão Escolar

Ementa: Fundamentos, princípios e metodologias da educação musical para pessoas com necessidades educacionais especiais. A sensação e percepção: som, ritmo e movimento. Linguagem musical e práticas na educação especial. Ensino de música para pessoas com deficiência. Educação social. Educação inclusiva. Adaptações curriculares e pedagógicas no ensino de música.

Bibliografia

BELLOCHIO, C. **Educação Musical e Unidocência**. Pesquisas, narrativas e modos de ser do professor de referência. Porto Alegre: Sulina, 2017.

BRITO, T. A. de. **Música na Educação Infantil**: propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2003.

GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas**: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

LOURO, Viviane. **Música e Inclusão**: múltiplos olhares. São Paulo, Editora SOM. 2016.

LOURO, V.; MOLINA, S.; ALONSO, L. **Fundamentos da aprendizagem musical da pessoa com deficiência**. São Paulo, Editora SOM, 2012.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

SHAFFER, D. R.; KIPP, K. **Psicologia do desenvolvimento**: infância e adolescência. São Paulo: Cengage Learning, 2005.

Estratégias Universais para a Inclusão Escolar

Ementa: Acessibilidade. Sistema de Suporte Multicamadas. Ensino diferenciado. Ensino Colaborativo. Consultoria colaborativa. Desenho Universal para a Aprendizagem. Diferenciação curricular. Aprendizagem cooperativa. Metodologias ativas.



Bibliografia

CAST. **DUA**. Disponível em: <https://www.cast.org/>. Acesso em: 23 out. 2023.

COSTA, J. D. V.; MENDES, E. G. Programa de formação sobre sistema de suporte multicamada em uma cidade paulista. In: Disseminando saberes da educação especial: temas atuais, pesquisas e inovação, 1., 2023, São Carlos. **Anais [...]** São Carlos: EDESP-UFSCar, 2023, p. 61-66. Disponível em: https://www.edesp.ufscar.br/arquivos/livros/anais-dissee_2023.pdf. Acesso em: 20.out.2023.

PAVÃO, A. C. O.; PAVÃO, S. M. O. (org.) **Metodologias ativas na educação especial/inclusiva**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2021. E-book.

PLETSCH, M. D. et al. **Acessibilidade e desenho universal na aprendizagem**. Rio de Janeiro: Encontrografia, 2021.

Matemática na perspectiva da educação inclusiva

Ementa: Conhecimentos matemáticos na Educação Especial: objetivos e função social. Conceitos matemáticos em uma perspectiva inclusiva. Planejamento, análise e escolha de estratégias relacionadas à aprendizagem da matemática no contexto da Educação Especial Inclusiva. Avaliação da aprendizagem e diferenciação curricular. Práticas inclusivas no contexto da matemática.

Bibliografia

D'AMBROSIO, U. **Educação Matemática: da teoria à prática**. 10 ed. Campinas: Papirus, 2005.

PARRA, C. et al. **Didática da matemática: reflexões psicopedagógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SMOLE, K.; DINIZ, M. I. (Orgs.). **Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender Matemática**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

TOLEDO, M. B. A.; TOLEDO, M. A. **Teoria e prática de Matemática: como dois e dois**. São Paulo, SP: FTD, 2010.

VAN de WALLE, John. **Matemática no ensino fundamental: formação de professores e aplicações em sala de aula**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

VICKERY, A. **Aprendizagem ativa nos anos iniciais do ensino fundamental**. Porto Alegre: Penso, 2016.

Neurociências e educação

Ementa: A articulação entre neurociência e educação. Organização e desenvolvimento do sistema nervoso e neuroplasticidade. Desenvolvimento neurotípico e neuroatípico. Atenção, funções executivas, memória de trabalho, memória e suas implicações nos processos de aprendizagem no contexto escolar. A emoção e suas relações com a cognição.

Bibliografia

AFONSO JUNIOR, A. dos S.; BEZERRA, C. H. O.; ALVES, A. C.; BECKER, N.; CARREIRO, L. R. R. Introdução à Neuroanatomia e Neurofisiologia. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 84–107, 2023. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgdd/article/view/15633>

ALENCAR, H. F. et al. **Neurodiversidade: aspectos históricos, conceituais e impactos na educação escolar**. E-book VII CONEDU 2021 - Vol 02... Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/82221>. Acesso em: 9 Ago. 2023.

AMARAL, A. L. N.; GUERRA, L.B. **Neurociência e educação: olhando para o futuro da aprendizagem**. Brasília: SESI/DN, 2022. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/22/e7/22e7b00d-9ff1-474a-bb53-fc8066864cca/neurociencia_e_educacao_pdf_interativo.pdf Acesso em: 9 Ago. 2023.

CONSENZA, R.; GUERRA, L. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende?** Porto Alegre: Artmed, 2011



FONSECA, R. P.; MIRANDA, M. C. SEABRA, A. G. **Neuropsicologia Escolar**. São Paulo: Clinical, 2020.

FONSECA, V. da. **Cognição, neuropsicologia e aprendizagem**: abordagem neuropsicológica e psicopedagógica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LURIA, A.R., **Linguagem e desenvolvimento intelectual na criança**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

ROTTA, N. T; BRIDI FILHO, C. A; BRIDI, F. R. **Plasticidade cerebral e aprendizagem**: abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2018.

SALLES, J. F.; HAASE, V. G.; MALLOY-DINIZ, L. **Neuropsicologia do desenvolvimento**: infância e adolescência. Porto Alegre: Artmed, 2016. Ministério da Educação: Universidade Federal de Santa Maria Pró-R

Orientação ao Trabalho de Conclusão de Curso (OTCC)

Ementa: Etapas do processo de produção de Pesquisas Científicas e a Comunicação de Trabalhos Científicos. Técnicas de Organização de trabalho científico e análise de dados. Elaboração e defesa do trabalho de conclusão de curso sobre temática da educação especial inclusiva..

Bibliografia

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BERTHOLINO, M.L. F. et al. (org.) **Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos**. 4 ed. Editora UEPG, 2019.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. 2. ed. Chapecó : Argos, 2012.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

COSTAS, F. A. T.; PAVÃO, S. M. de O. (Orgs). **Pesquisa em Educação Especial**: referências, percursos e abordagens. Curitiba: Appris, 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução: Ana Thorell, 4a ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Plano Educacional Individualizado(PEI): Avaliação e intervenções

Ementa: Conceituação. Público-alvo e profissionais responsáveis. Elaboração, intervenção, avaliação, acompanhamento e reformulação.

Bibliografia

BARBOSA, V. B.; CARVALHO, M. P. de. **Conhecimento necessários para elaborar o Plano Educacional Individualizado - PEI**. Rio Pomba: IFMG, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/570204/2/Produto%20Educacional.pdf>.

Acesso em: 24.10.23.

GLAT, R.; VIANNA, M. M.; REDIG, A. G. Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. **Ciências Humanas e Sociais em Revista**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 12, p. 79-100, 2012.

PLETSCH, M. D.; GLAT, R. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 18, n. 35, p. 193-208, jan./abr. 2012

POKER, R. B. et al. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_9_poker_v7.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

Tecnologia Assistiva e Educação Especial

Ementa: Capacidades humanas de percepção, cognição, aprendizagem e movimento envolvidos na interação humano-computador. Acessibilidade, inclusão e Tecnologia



Assistiva. Princípios, recomendações e normas da acessibilidade. Tecnologias assistivas: conceito, tipos, desenvolvimento. Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) e Tecnologia Assistiva. Avaliação das necessidades dos alunos e seleção de tecnologia adequada. Seleção e desenvolvimento de materiais e jogos digitais adaptados às diferentes deficiências. Uso da Inteligência Artificial na adaptação de material educacional.

Bibliografia

- BOUCK, E. C. **Assistive Technology**. 1ª edição, Sage Publications, 2016.
- BRYANT, D. P.; Bryant, B. R. **Assistive technology for people with disabilities**. Upper Saddle River, New York: Pearson. 2012.
- COOK A M.; HUSSEY S.M. **Cook & Hussey's assistive technologies: principles and practice**, 4 ed. St. Louis, MO: Mosby 2007. 592 p.
- CYBIS, W.; BETIOL, A.H.; FAUST, R. **Ergonomia e Usabilidade: Conhecimentos, Métodos e Aplicações**. 3. ed. São Paulo: Novatec Editora Ltda., 2015. 496 p. ISBN: 978-85-7522-459-5
- BERSCH, R. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: CEDI, 2017.
- DELGADO GARCIA, J. C; ITS BRASIL (orgs.). **Livro Branco da Tecnologia Assistiva no Brasil**. ITS BRASIL, São Paulo, 2017.
- FERRAZ, R. **Acessibilidade na Web: Boas práticas para construir sites e aplicações acessíveis**. São Paulo-SP: Ed. Casa do Código, 2020.
- GALVÃO FILHO, T. **Tecnologia Assistiva: um itinerário da construção da área no Brasil**. Curitiba: Editora CRV, 2022, 146 p.
- LANCIONI, G. E. et al. **Assistive technology: Interventions for individuals with severe/profound and multiple disabilities**. Springer Science & Business Media, 2012.
- RUSSELL, S. e NORVIG P. **Inteligência Artificial**. 3ª edição. Campus, 2013, ISBN-10: 85-352-3701-1. 3ª edição. Campus, 2013.

Transtornos do neurodesenvolvimento e aprendizagem escolar

Ementa: Perspectivas biomédica e psicossocial do desenvolvimento neuroatípico. Transtornos do neurodesenvolvimento: classificação características e impactos no contexto escolar. Possibilidades pedagógicas para a inclusão escolar. Medicalização e fracasso escolar.

Bibliografia

- ALVES, L. E.; MONTEIRO, B. M. M.; SOUZA, J. C. Comparação da classificação dos transtornos do desenvolvimento infantil por meio do DSM-5, CID-10 e CID-11. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 10, p. e6579109058, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9058/8047>
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM - 5 -TR**. 5.ed., texto revisado. Porto Alegre: Artmed, 2023.
- CORSO, H. V.; POLLO, T. C. (org.). **Intervenções com foco na aprendizagem - clínica e escola**. 1ed. São Paulo: Vetor, 2022, v. , p. 110-122.
- CÉZAR, A. P. de C.; SENO, M. P. ; CAPELLINI, S. A. (org.). **Tópicos em Transtornos de Aprendizagem – PARTE VI**. 1ed. São José dos campos: Pulso Editorial, 2019.
- CÉSAR COLL, A. M. ; PALACIOS, J. (orgs). **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educacionais especiais**. Trad.: Fátima Murad. 2. ed. Porto Alegre : Artmed, 2004.
- ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; DOS SANTOS RIESGO, R. **Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. Artmed Editora, 2015.

Transtorno do Espectro Autista: processos de ensino e aprendizagem

Ementa: TEA: perspectivas biomédica e psicossocial. Aspectos históricos, políticas de inclusão e movimentos sociais. Parâmetros, caracterização, definições e concepções.



Processos de escolarização, avaliação educacional e prática pedagógica. Possibilidades pedagógicas para a inclusão escolar.

Bibliografia

BRASIL. **Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, p. 2, 28 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 23.out.2023.

BRASIL. **Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde/Departamento de Atenção Especializada e Temática, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf. Acesso em: 23.out.2023.

CAPELLINI, V. L. M; SHIBUKAWA, P. H.; DE OLIVEIRA RINALDO, S. C. A. Práticas pedagógicas colaborativas na alfabetização do aluno com transtorno do espectro autista. In: **Colloquium Humanarum**. ISSN: 1809-8207. 2016. p. 87-94. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/211106646.pdf>

FERREIRA, D. N. TrilhaTEA: **Trilha formativa para professores que atuam com estudantes autistas.** Produto educacional (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional) – UEPG. Ponta Grossa, 2022b. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3792> Acesso em: 23.out.2023.

MELETTI, S. M. P. ; KASSAR, M. de C. (org.). **Escolarização de alunos com deficiências:** desafios e possibilidades. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

ORTEGA, F. Deficiência, autismo e neurodiversidade/ Disability, autism and neurodiversity. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(1): p. 67-77, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000100012>

GRUPO IIB - DISCIPLINAS DE DIVERSIFICAÇÃO E APROFUNDAMENTO

Currículo e Desenho Universal da Aprendizagem (DUA)

Ementa: Conceitos e princípios do desenho universal para aprendizagem – DUA. A organização do currículo a partir do DUA. A diferenciação e a flexibilização curricular para uma escola inclusiva. Multiformatos de produção e acesso ao conteúdo na Educação Básica. Análise e reflexão sobre as práticas e ações no interior da escola na perspectiva da construção de uma escola inclusiva Discussão sobre a avaliação, identificação de barreiras e a construção de soluções acessíveis no contexto escolar.

Bibliografia

BETTIO, C. D. B.; MIRANDA, A. C. A.; SCHMIDT, A. **Desenho universal para a aprendizagem e ensino inclusivo na educação infantil.** Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, 2021. Disponível em: www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/646. Acesso em: 02.10.23.

GÓES, A. R. T.; COSTA, P. K. A. da (org.). **Desenho Universal e Desenho Universal para Aprendizagem:** fundamentos, práticas e propostas para Educação Inclusiva – vol 1. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

PLETSCH, M. D. et al. **Acessibilidade e Desenho Universal na Aprendizagem.** Campos dos Goytacazes: Encontrografia,Coeditora: ANPEd, 2021.

PRAIS, J. L. de S. **Das intenções à formação docente para a inclusão:** contribuições do Desenho Universal para a Aprendizagem. Curitiba: Appris, 2017.

SEBASTIÁN-HEREDERO, E.; PRAIS, J. L. S.; VITALINO, C. R. **Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA):** uma abordagem curricular inclusiva. São Paulo: Castro, 2022.



Contribuições da Psicologia Histórico-cultural para a escolarização das pessoas com deficiências

Ementa: Fundamentos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural. Contribuições para a escolarização da pessoa com deficiência.

Bibliografia

BARROCO, S. M. S.; TADA, I. N. C. Contribuições histórico-culturais à Psicologia Escolar na Educação Especial Inclusiva. **Obutchénie**: Revista de Didática e Psicologia Pedagógica, v. 6, p. 54-79, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/64384/33271>. Acesso em: 19.out.2023.

BARROCO, S. M. S.; LEONARDO, N. S. T.; SILVA, T. dos S. A. da. **Educação Especial e teoria histórico-cultural**: em defesa da humanização do homem. Maringá: EDUEM, 2012.

VYGOSTSKY, L. S. **Obras Escogidas**: V Fundamentos de defectología. Madri: Antonio Machado, 2012.

_____. **Problema de defectologia**. Vol. 1. São Paulo: Expressão popular, 2021.

LEONARDO, N. S. T.; BARROCO, S. M. S. **Educação Especial e Teoria Histórico-Cultural**: contribuições para o desenvolvimento humano. Curitiba: Appis, 2017.

Deficiências e envelhecimento

Ementa: Desenvolvimento humano. Envelhecimento e deficiência. Legislação. Rede de apoios.

Bibliografia

MAIS DIFERENÇAS (São Paulo). **Envelhecimento e deficiência**: uma revisão de literatura. 2019. Disponível em: https://maisdiferencas.org.br/wp-content/themes/maisdiferencas/downloads/envelhecimento_deficiencia_rb.pdf. Acesso em: 24.10.23.

MEDEIROS, M.; DINIZ, D. Envelhecimento e deficiência. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 107-120. Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_09_Cap_03.pdf.

Acesso em: 24.10.23.

Deficiência, preconceito, discriminação e violências

Ementa: Violências: modalidades e consequências; Preconceito contra pessoas com deficiência; Discriminação contra pessoas com deficiência; Estigma e deficiência; Capacitismo: manifestações e repercussões. Violência escolar: combate e prevenção.

Bibliografia

CAMPBELL, F. K. **Contours of ableism: the production of disability and abledness**. Nova York: Macmillan Publishers Limited, 2009.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Coletivo Sabotagem; 1988.

MAFFESOLI, M. **Dinâmica da violência**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1987.

MENDES, M. J. G.; SCHROEDER, T. M. R.; DENARI, F. E. Violência contra pessoas com deficiência: um estudo de caso. **Revista eletrônica de educação**, v.14, p.1 - 14, 2020.

OMS. **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, E. (org.). **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-134.

Geografia e Educação Inclusiva



Ementa: A Geografia no contexto da Educação Inclusiva: Objetivos, função social, planejamento e a avaliação. Geografia e os fundamentos da Educação Especial Inclusiva. A Geografia nas atuais propostas curriculares. Práticas inclusivas no contexto da Geografia.

Bibliografia:

ALMEIDA, R. D. **Do desenho ao mapa:** iniciação cartográfica na escola São Paulo: Contexto, 2019.

CASTROGIOVANNI, A. C. **Geografia em sala de aula:** práticas e reflexões. 5. ed. Porto Alegre: UFRS, 2010.

CAVALCANTI, L. S. **O ensino de Geografia na escola.** Campinas, SP: Papyrus, 2012.

NOGUEIRA, R. E. (org.) **Geografia e inclusão escolar:** teoria e práticas. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2016.

PONTUSCHKA, N. N. PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia.** São Paulo: Cortez, 2007.

História na Perspectiva da Educação Inclusiva

Ementa: A História na perspectiva da Educação Inclusiva. Função social do conhecimento em História. A relação espaço-tempo e seus agentes sociais na História e sua relação com os fundamentos da Educação Inclusiva. A História nas atuais propostas curriculares. Planejamento e avaliação em História considerando a perspectiva da Educação Inclusiva. Práticas inclusivas no contexto da História.

Bibliografia

BITTENCOURT, C. Conteúdos e métodos de ensino de História: breve abordagem histórica. In: BITTENCOURT, C. **Ensino e história:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

FERMIANO, M. B.; SANTOS, A. S. **Ensino de História para o Fundamental 1:** teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2014.

GUIMARÃES, S. **Didática e prática de ensino de História:** Experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. **Referenciais curriculares para os anos iniciais do Ensino Fundamental.** Ponta Grossa, PR, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. **Referenciais curriculares para a Educação Infantil.** Ponta Grossa, PR, 2020.

Estudos sobre deficiência e sexualidade

Ementa: Intersecção entre os estudos da sexualidade e da deficiência; Teoria *queer* e teoria *crip*; Deficiência, desenvolvimento humano e sexualidade; Educação sexual de pessoas com deficiência; Violência sexual: identificação, combate e prevenção; Deficiência e direitos reprodutivos.

Bibliografia

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. São Paulo: José Olympio, 2018.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2017.

GIAMI, A. **O Anjo e a Fera:** sexualidade, deficiência mental, instituição. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

GREGORI, M. F. **Prazeres perigosos:** erotismo, gênero e limites da sexualidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MCRUER, R. **Crip Theory:** Cultural Signs of Queerness and Disability. New York: NYU Press, 2006.

MCRUER, R.; MOLLOW, A. **Sex and Disability.** Duke: Duke University Press, 2012.

MAIA, ANA CLAUDIA BORTOLOZZI. **Inclusão e sexualidade na voz de pessoas com deficiência física.** Curitiba: JURUA Editora, 2011.



MELLO, A. G.; NUERNBERG, A. H. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Estudos feministas**, [online], v. 20, n. 3, 2012.

MENDES, M. J. G.; DENARI, F. E. Sexo e deficiência: Discursos de jovens diagnosticados com deficiência intelectual e de seus familiares. **Revista ibero-americana de estudos em educação**, v.17, p.263 - 280, 2022.

Jogos, brincadeiras e inclusão escolar

Ementa: Fundamentos, princípios básicos, processo de ensino e aprendizagem, funções e possibilidades dos jogos e brincadeiras para a Educação. O lúdico como prática cultural. Os brinquedos tradicionais, contemporâneos e adaptados para a inclusão escolar.

Bibliografia

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2010. 116 p. (Coleção Questões da nossa época).

FRIEDMANN, A. **Arte de brincar: brincadeiras e jogos tradicionais**. 10 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. **Atividade Física Adaptada**. Barueri-SP. 2 ed. Manole, 2008.

SIAULYS, Mara O. de Campos. **Brincar para todos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

A importância da natureza na Educação Especial

Ementa: Educação Especial e o contato com a natureza. Infância e Natureza. Natureza e o desemparedamento da infância. Importância e benefícios do contato de crianças, jovens e adultos com a natureza. Explorações na natureza.

Bibliografia

BARROS, M. I. A. **Desemparedamento da infância: a escola como lugar de encontro com a natureza**. 2. ed. Rio de Janeiro: Alana, 2018. Disponível em: https://jbb.ibict.br/bitstream/1/1328/1/Desemparedamento_infancia.pdf. Acesso em: 23. out. 2023.

EVANGELISTA, M. M. **A pedagogia da natureza**. Mato Grosso: Instituto Sustentar de Responsabilidade Socioambiental, 2020.

PIORSKI, G. **Brincadeiras do chão: a natureza, o imaginário e o brincar**. Editora Peirópolis: São Paulo, 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Benefícios da natureza no desenvolvimento de crianças e adolescentes**. 2019. Acesso em: <https://criancaenatureza.org.br/pt/acervo/manual-beneficios-da-natureza/>. Disponível em: 23 out. 2023.

TIRIBA, L; PROFICE, C. C. **Crianças da Natureza: vivências, saberes e pertencimento**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 2, e88370, 2019.

Práticas de linguagem e inclusão

Ementa: A diversidade das linguagens na Educação Especial. Leitura e produção textual. Multiletramentos e cultura digital numa perspectiva inclusiva. Literatura e Educação Especial. Repertórios de leitura literária e diversidade de suportes e linguagens.

Bibliografia

ANGELO, C. M. P.; MENEGASSI, R. J.; FUZA, A. F. (Orgs.) **Leitura e ensino de língua**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

ANTUNES, I. **Textualidade: noções básicas e implicações pedagógicas**. São Paulo: Parábola, 2017.

BAPTISTA, M. C. et al. (Orgs.) **Literatura na educação infantil: acervos, espaços e mediações**. Brasília: MEC, 2015.



- CARVALHO, R. S.; FERRAREZI JUNIOR, C. **Oralidade na Educação Básica: O que saber, como ensinar.** 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018. p. 13-37.
- COELHO, N. N. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática.** São Paulo: Moderna, 2000.
- COSTA-HÜBES, T. da C. (Org.) **Práticas sociais de linguagem: reflexões sobre oralidade, leitura e escrita no ensino.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015.
- GIROTTI, C. G. G. S.; SOUZA, R. J. (Orgs.). **Literatura e educação infantil: para ler, contar e encantar.** Campinas - SP: Mercado de Letras, 2016.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira: história e histórias.** São Paulo: Ática, 2007.
- ROJO, R.; MOURA, E. (Orgs.) **Multiletramentos na escola.** São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- ROSA, E. C. de S.; DUBEUX, M. H. S. (Orgs.). **Abriu-se a biblioteca... Mitos, rimas, imagens, monstros, gente e bichos – Literatura na escola e na comunidade.** Recife: Editora UFPE, 2018.

Transtorno de Déficit de Atenção e contexto escolar

Ementa: TDAH: aspectos históricos, políticas de inclusão e movimentos sociais. Parâmetros, caracterização, definições e concepções. Processos de escolarização, avaliação educacional e prática pedagógica. Possibilidades pedagógicas para a inclusão escolar.

Bibliografia

- ROHDE L. A.; BUILELEAR; J. K. ; GERLAC, M.; FARAONE, S. V. **Guia para compreensão e manejo do TDAH da World Federation of ADHD.** Porto Alegre, RS: Artmed, 2019.
- PASTURA, G. M. C.; MATTOS, P. ; ARAÚJO, A. P. Q. Desempenho escolar e transtorno do déficit de atenção e hiperatividade. **Archives of Clinical Psychiatry** (São Paulo), v. 32, p. 324-329, 2005.
- PISACCO, N. M. T. et al.. Intervenções escolares em alunos com transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. In: ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; DOS SANTOS RIESGO, R.. **Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar.** Artmed Editora, 2015.
- SPERAFICO, Y. L. ; PISACCO, N. M.T. Intervenção combinada em memória de trabalho e habilidades acadêmicas com estudantes com TDAH: produção de texto e raciocínio aritmético. In: CORSO, H. V.; POLLO, T. C.. (Org.). **Intervenções com foco na aprendizagem - clínica e escola.** 1ed.São Paulo: Vetor, 2022, v. , p. 110-122.

GRUPO IIIA - ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM DOCÊNCIA

Estágio Curricular Supervisionado em Educação Especial I

Ementa: Prática Pedagógica em Educação Especial no espaço educacional. O cotidiano, os espaços da escola de Educação Especial e outros suportes especializados. Organização do trabalho pedagógico nas instituições especializadas. Documentação e análise crítico-reflexiva do processo de estágio de observação e participação vivenciado.

Bibliografia

- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, 2008.
- BAPTISTA, C. R. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 45, p. e217423, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945217423> Acesso em: 20 Out. 2023
- CAIADO, K. R. M. **Trajetórias escolares de alunos com deficiência.** São Carlos/SP: Edufscar, 2013.
- FERREIRA, N. S. C.; KUENZER, A. Z. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** São Paulo: Cortez, 2013.



PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2012.
SANTIAGO, A. R. F.; VEIGA, I. P. de A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 2013.
SILVA, J. H.; ALMEIDA, M. E, C.; CAIADO, K. R. M. Produção do conhecimento sobre as instituições sobre as instituições especializadas para a pessoa com deficiência intelectual (1996-2015). **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 859-886, jul./set. 2017
SOUZA, R. E. G. de. **Ética e educação**. [s. l.], 2015. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsmib&AN=edsmib.000010889&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site> Acesso em: 6 dez. 2019.

Estágio Curricular Supervisionado em Educação Especial II

Ementa: Cotidiano, organização do tempo e dos espaços na Educação Infantil. AEE e outros suportes pedagógicos na Educação Infantil. Análise crítico-reflexiva do processo de estágio de observação, participação e intervenção vivenciado.

Bibliografia

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.
FREIRE, M. **A paixão de conhecer o mundo**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
MENDES, E.G. VILARONGA, C.A.R. ZERBATO, A.P. **Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre a educação comum e especial**. São Carlos: EDUFSCar, 2014.
PIMENTA, Selma Garrido, 1943-. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
PANIAGUA, G; PALACIOS, J. **Educação Infantil: Resposta Educativa à Diversidade**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
SILUK, A. C. P.; e PAVÃO, S. M. de O. (orgs.). **Atendimento Educacional Especializado no Brasil: relatos da experiência profissional de professores e sua formação**. Santa Maria: Laboratório de pesquisa e documentação — CE. Universidade Federal de Santa Maria: UFSM, 2014.
PICCININI, C. A.; MOURA, M. L. S. (org.). **Observando a interação pais-bebê- criança**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

Estágio Curricular Supervisionado em Educação Especial III

Ementa: Cotidiano, organização do tempo e dos espaços nos anos iniciais do Ensino Fundamental. AEE e outros suportes pedagógicos para estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Análise crítico-reflexiva do processo de estágio de observação, participação e intervenção vivenciado.

Bibliografia

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB n. 7/2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Disponível em: www.mec.gov.br/cne.
FORMOSINHO, J.O.; KISHIMOTO, T.M.; INAZZA, M. A. **Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado construindo o futuro**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. **Referenciais Curriculares para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. Ponta Grossa, PR, 2020.
SOARES, M. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.
MENDES, E.G. VILARONGA, C.A.R. ZERBATO, A.P. **Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre a educação comum e especial**. São Carlos: EDUFSCar, 2014.
MENDES, E. G. CIA, F. D'AFFONSECA, S. **Inclusão Escolar e Avaliação do Público-Alvo da Educação Especial**. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015.



MOYLES, J. R. **A excelência do brincar**: a importância da brincadeira na transição entre educação infantil e anos iniciais. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SILUK, A. C.; PAVÃO, S. M. de O. **Práticas Inclusivas na Educação Básica**. Santa Maria: CE, USFM, LAPEDOC, 2019.

Estágio Curricular Supervisionado em Educação Especial IV

Ementa: Reflexão sobre o ensino colaborativo, trabalho de colaboração e consultoria colaborativa ao professor de ensino regular (sala comum e sala de recurso multifuncional) e/ou instituição especial do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e do EJA. Ética e relação profissional. Análise crítico-reflexiva das práticas e da intervenção pedagógica na área de Educação e das pedagógicas no espaço educacional da Especial.

Bibliografia

CAIADO, K. R. M.; MELETTI, S. M. F. Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, p. 93-104, 2011.

CAPELLINI V.L.M.F. **Possibilidades da colaboração entre professores do ensino comum e especial para o processo de inclusão escolar** [Tese de Doutorado]. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos; 2004.

FERNANDES, D. G. **Alfabetização de Jovens e Adultos**: Pontos críticos e desafios. Porto Alegre: Mediação, 2002.

MENDES, E.G. Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. In: MANZINI, E. J. **Inclusão e acessibilidade** (org). Marília-SP: ABPEE, 2006.p. 29-41.

MOURA, T. M. de M. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos**: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: EDUFAL, 1999.

ROSA, M. R. da. **Trajetórias do público-alvo da educação especial no ensino médio paulistano**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SOMMER, L. C. de O. **Acesso e permanência de alunos com deficiência no ensino médio integrado da rede federal**: tecendo diálogos entre a educação especial e a educação profissional, tecnológica. Dissertação. Universidade Federal da Bahia. 2020.

Estágio Curricular Supervisionado em Educação Especial V

Ementa: Reflexão sobre a identificação, análise e discussão de situações da prática educativa vivenciadas nos espaços onde se desenvolve o estágio. Elaboração de uma e aplicação da proposta de trabalho para o serviço especializado a ser escolhido pelo acadêmico estagiário, por meio do ensino colaborativo, trabalho de colaboração e consultoria colaborativa ao professor de ensino regular (sala comum e sala de recurso multifuncional) e/ou instituição especial.

Bibliografia

CASAGRANDE, Rosana de Castro; MAINARDES, Jefferson. O campo acadêmico da Educação Especial no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. e0132, 2021.

HONNEF, C. **Trabalho Docente Articulado**: a relação entre Educação Especial e Ensino Médio e Tecnológico. 2013. 137p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

VIANNA, M. M; BRAUN, P; SANTOS, C. A; FERNANDES, T. O Trabalho Colaborativo em Sala de Aula: estratégia para favorecer processos de inclusão e de formação docente. **IV Congresso Brasileiro de Educação Especial**, 2010. Disponível em: http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/livros_artigos/pdf/trabalho_colaborativo.pdf. Acesso em: 15 jan. 2012.

VILARONGA, C. A. R; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos**.



(online), Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/3090/2023>. Acesso em: março de 2022.

MENDES, E. G. Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. In: MANZINI E. J (org.). **Inclusão e acessibilidade**. Marília: ABPEE; 2006. p. 29-41

PIMENTA, Selma Garrido. **Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente**. **Educação e Pesquisa**, v.31, n.3, p. 521- 539, set/dez. 2005.

GRUPO IIIB - PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

Práticas inclusivas e o professor da Educação Especial

Ementa: O professor da/para a educação especial: aspectos históricos, sociais e políticos, desafios e possibilidades na atualidade. Formação de professores na área de Educação Especial. Ética e relação profissional. Ações extensionistas a partir da observação e pesquisa dos/nos contextos de atuação do professor em Educação Especial Inclusiva.

Bibliografia

CAIADO, K. R. M; JESUS, D. M. de; BAPTISTA, C.R. (orgs.). **Professores e Educação Especial: formação em foco**. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITEC, 2011. (V.1)

ENRICONE, D. (org.). **Ser professor**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra: 2019.

OLIVEIRA, V. F. de (Org.). **Imagens de professor: significações do trabalho docente**. 2ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2004.

PEREIRA, J. E. D; ZEICHNER, K. **A pesquisa na formação e no trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SCHÖN, Donald. **Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

MAINARDES, J.; CURY, C. R. J. Ética na pesquisa: princípios gerais. In: ANPED. **Ética e pesquisa em Educação: subsídios**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019, p. 23-28.

MAZZOTTA, M. J. da S. **Trabalho docente e formação de professores de educação especial**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1993.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. ; CABRAL, L. S. A. (orgs.). **Inclusão escolar e os desafios para a formação de professores em Educação Especial**, São Paulo: Marquezine & Manzine – ABPEE, 2015. (Observatório Nacional de Educação Especial).

MICHELS, M. H.(Org.). **A formação de professores de Educação Especial no Brasil: propostas em questão**. Florianópolis: UFSC, CED/NUP, 2017.

Práticas inclusivas e o Atendimento Educacional Especializado AEE

Ementa: Atendimento Educacional Especializado: projeto político-pedagógico, contextos e práticas pedagógicas inclusivas nos diferentes níveis e modalidades da Educação Básica e Instituições. Relação escola-comunidade. Ações extensionistas a partir da observação das demandas sociais e da pesquisa dos/nos contextos de Educação Especial Inclusiva e dos seus sujeitos.

Bibliografia

BRASIL. Resolução 04/2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf Acesso em: 25/02/2022

MENDES, E. G.; MALHEIRO, C. A. L. Salas de recursos multifuncionais: é possível um serviço “tamanho único” de atendimento educacional especializado?. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (Orgs.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 349-365.



MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino Colaborativo como Apoio à Inclusão Escolar**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.(Orgs.). **Das margens ao centro**: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva. Araraquara: Junqueira & Marins, 2010.

VILARONGA, C. A. R; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos**. (online), Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/3090/2023>. Acesso em: março de 2022.

Práticas inclusivas e a Educação Infantil

Ementa: Aspectos relacionados à interação teoria e prática da docência articulada entre o professor do Ensino Regular e da Educação Especial, focando nas políticas públicas e na produção científica da área. Especificidades da Educação Infantil, apoio educacional especializado e AEE. Ações extensionistas a partir da observação das demandas sociais e da pesquisa dos/nos contextos de Educação Especial Inclusiva e dos seus sujeitos.

Bibliografia

CÓRIA-SABINI, M.A.; LUCENA, R.F. **Jogos e brincadeiras na educação infantil**. 5 ed. Campinas: Papyrus, 2009 (demais edições).

ARCE, A.; DUARTE, N. **Brincadeira de papéis sociais na educação infantil**: as contribuições de Vigotsky, Leontiev e Elkonin. São Paulo: Xamã, 2006.

BRAZELTON, T.B.; SPARROW, J.D. **3 a 6 anos**: momentos decisivos do desenvolvimento infantil. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

BRASIL. **Diretrizes educacionais sobre estimulação precoce**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 1995.

BRASIL. **Educação Infantil**: saberes e práticas da inclusão. Brasília: Ministério da Educação, 2006. (Coleção Completa).

BRASIL. **Subsídios para diretrizes curriculares nacionais para a educação básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

MENDES, E.G.M. **Inclusão marco zero**: começando pelas creches. Araraquara, SP: Junqueira&Marin Editores, 2010.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação infantil**: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 2007.

SIAULYS, M. O. C. **Brincar para todos**. São Paulo: MEC, 2005.

Práticas inclusivas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Ementa: Aspectos relacionados à interação teoria e prática da docência articulada entre o professor do Ensino Regular e da Educação Especial, focando nas políticas públicas e na produção científica da área. Especificidades dos anos iniciais do Ensino Fundamental, apoio educacional especializado e AEE. Ações extensionistas a partir da observação das demandas sociais e da pesquisa dos/nos contextos de Educação Especial Inclusiva e dos seus sujeitos.

Bibliografia

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. A organização do ensino fundamental em ciclos: algumas questões. **Rev. Bras. Educ.**, Abr 2009, vol.14, no.40, p.35-50. ISSN 1413-2478

ARELARO, Lisete Regina Gomes. O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências. **Educ. Soc.**, Out 2005, vol.26, no.92, p.1039-1066.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: Teoria e Prática. 5 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

RODRIGUES, Armindo José. A organização e gestão do processo ensino-aprendizagem no 1o ciclo do ensino fundamental. **Rev. bras. educ. espec.**, Dez 2005, vol.11, no.3, p.429-444.

Práticas inclusivas no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio



Ementa: Aspectos relacionados à interação teoria e prática da docência articulada entre o professor do Ensino Regular e da Educação Especial, focando nas políticas públicas e na produção científica da área. Especificidades dos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA, em relação ao apoio educacional especializado e AEE. Ações extensionistas a partir da observação das demandas sociais e da pesquisa dos/nos contextos de Educação Especial Inclusiva e dos seus sujeitos.

Bibliografia

FRANCO, A. B. M. **O planejamento educacional para alunos público alvo da educação especial do ensino médio integrado.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, 2020.

NOGUEIRA, M. F. **Educação especial na EJA: análise do processo de construção da prática docente.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, 2020.

RAIOL, J. J. M. **Programa de formação de professores do ensino médio: concepções e estratégias para a escolarização dos estudantes com deficiências.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, 2022-12-14)

SAVIANI, Dermeval, 1944. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.** 14 ed. São Paulo: Cortez, 1986 (demais edições).

Práticas e pesquisa em Educação Especial Inclusiva

Ementa: Produção do conhecimento sobre a prática pedagógica, os sujeitos e os contextos da Educação Especial Inclusiva. Elaboração do projeto de pesquisa a ser desenvolvido no OTCC.

Bibliografia

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria da educação e aos métodos.** Porto: Porto Editora, 1994.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa.** São Paulo: Parábola, 2008.

COSTAS, F. A. T.; PAVÃO, S. M. de O. (orgs). **Pesquisa em Educação Especial: referências, percursos e abordagens.** Curitiba: Appris, 2015.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias.** Chapecó: Argos, 2007.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica.** Campinas: Alínea, 2003.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MINAYO, Maria C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 34a ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

PISACCO, N.M.T.; FERREIRA, D. N. ; EMILIANO, D. O. O aporte da pesquisa translacional frente as demandas de formação de professores para a educação inclusiva. In: Alencar; Yaegashi; Cirino (org.). **Educação Inclusiva: articulações teórico-práticas no contexto do PROFEI – Linha 3.** 1ed.Rio de Janeiro: Autografia, 2023, v. , p. 67-82.

SEVERINO, A. J.. **Metodologia do trabalho científico.** 23a ed. São Paulo: Cortez, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Tradução Ana Thorell, 4a ed. Porto Alegre: Bookman,2010.

8. FLUXOGRAMA

MODELO - ANEXO I

9. RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos para atuar no curso serão selecionados por meio de edital CAPES - no âmbito do Parfor.

9.1 Corpo Docente – previsão



SEMESTRE	NOVO CURRÍCULO CONTRATADOS	Carga horária
1ºS	7	405
2ºS	7	405
3ºS	6	405
4ºS	7	405
5ºS	7	405
6ºS	7	420
7ºS	7	390
8ºS	8	390

9.1.1 Classe

Não se aplica, pois a seleção e contratação de professores se dará via edital PARFOR.

EFETIVOS	
CLASSE	NÚMERO DE PROFESSORES
Titular	
Associado	
Adjunto	
Assistente	
Auxiliar	
TOTAL	

9.1.2 Titulação

Não se aplica, pois a seleção e contratação de professores se dará via edital PARFOR. Exigência Mínima de Formação Mestrado

TITULAÇÃO	PROFESSORES EFETIVOS	PROFESSORES COLABORADORES
Graduado		
Especialista		
Mestre		
Doutor		
TOTAL		

9.1.3 Regime de Trabalho

Não se aplica, pois a seleção e contratação de professores se dará via edital PARFOR.

REGIME DE TRABALHO	NÚMERO DE PROFESSORES
Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE)	
Tempo Integral (40 horas)	
Tempo Parcial (20 horas)	
TOTAL	

(efetivos+colaboradores)

10. RECURSOS MATERIAIS

10.1 Materiais e Equipamentos

Destaca-se a necessidade de manutenção e atualização dos equipamentos audiovisuais (projetores de multimídia, computadores e telas reflexivas) das salas de aula; manutenção dos equipamentos de informática do Laboratório de Informática do Centro



Integrar; aquisição e atualização do acervo bibliográfico para as áreas correlatas ao curso; aquisição de softwares e tecnologias assistivas para pessoas com deficiência para auxiliar na aprendizagem.

10.2 Laboratórios, Salas de Aula e Salas Especiais

LALUPE

O Laboratório Lúdico Pedagógico (LALUPE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa é um laboratório do Curso de Licenciatura em Pedagogia, que pode ser utilizado com os acadêmicos do Curso de Educação Especial Inclusiva. O Laboratório, ao mesmo tempo, um projeto de extensão e uma incubadora de projetos que articulam pesquisa, ensino e extensão. Originou-se da necessidade de formação dos pedagogos na ludicidade. A concepção de laboratório considerou a necessidade de um espaço, tanto físico como epistêmico, que fosse além de uma brinquedoteca universitária e proporcionasse um ambiente de aprendizagem, construção de conhecimentos, inserção social e inclusão escolar. Em suas diferentes dimensões, o caráter inovador do LALUPE está na sua capacidade de articular, possibilitar a aprendizagem em diferentes contextos, promover o direito de brincar de todas as crianças e abordar a ludicidade como elemento de inserção social importante durante toda a vida. Criado como projeto de extensão, em outubro de 2008, pautou-se na concepção de que: A extensão em si é ação, ação de inserção social, sem pesquisa, sem subsídios teóricos e sem geração de conhecimento a todos os participantes, pode se configurar como mero ativismo. O ensino dissociado da inserção social, da inserção no próprio mercado de trabalho, sem a inserção dos universitários em projetos de transformação da educação, e alheio à pesquisa, torna-se mero acúmulo provisório de conhecimentos e meio de obtenção de títulos. (FOLTRAN; PISACCO; FOLTRAN JR., 2009). Em 2010, inaugurou-se o espaço físico do laboratório, nas dependências do Campus Central, sala A-35, com investimento da UEPG e financiamento da CAPES, através do Programa Prodocência. Constituindo-se como um lócus, em que os futuros pedagogos e acadêmicos de outros cursos vivenciam situações de aprendizagem, de pesquisa e de práticas extensionistas, articuladas a demandas sociais, construindo e sistematizando conhecimentos numa visão ampla sobre ludicidade por meio da prática reflexiva. O LALUPE tem por objetivos: - Contribuir para a formação dos futuros professores/pedagogos e da comunidade em geral no tange à ludicidade e ao brincar como direito de todos e componente do desenvolvimento e do aprendizado e promotor da inclusão social e educacional. - Aprimorar a formação de professores aliando teoria e prática em um espaço articulador de atividades de ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento de estratégias, aprofundamento e sistematização conhecimentos sobre ludicidade e educação. - Desenvolver projetos multidisciplinares para a análise e orientação sobre a utilização de jogos e de brinquedos, tendo em vista a inserção social e a educação inclusiva. - Manter como atividades permanentes a orientação dos grupos de estudos, organização e controle do acervo, agendamento das visitas e de outras ações destinadas à comunidade. Para atender aos objetivos a que se propõe, no LALUPE a metodologia adotada é da pesquisa-ação por sua potencialidade em articular a extensão, o ensino e a pesquisa à ação prática junto à comunidade. Como propõe Engel (2000), este método caracteriza-se como processo de aprendizagem e apreensão de mudanças ocasionadas pelas estratégias e produtos úteis, que procura diagnosticar o problema numa situação específica, com o fim de atingir uma relevância prática dos resultados e com diferentes graus de generalização, cujas modificações introduzidas na prática são constantemente avaliadas no decorrer do processo de intervenção e retroalimentada na articulação entre a fundamentação teórica e o conhecimento produzido por todos os sujeitos envolvidos. Ao ensinar pela pesquisa, assume-se uma postura que também gera comprometimento e exige o constante exercício de se aproximar e de se distanciar do contexto social (DEMO, 2011). De aproximar-se, por fazer parte de uma situação prática, vivenciada pelos sujeitos envolvidos, e de distanciar-se, por analisar indicadores, à luz da realidade global em que se insere e à luz dos aportes



teóricos. “A atitude reflexiva em si é neutra, o que lhe imprime sentido e significado é a direção que lhe é atribuída, ou seja, a manutenção ou a transformação da realidade” (BERGER, 2004, p. 46). A escolha metodológica assume a complexidade como princípio, pois o LALUPE configura-se como um complexo mosaico que se mescla: a universidade, a extensão, as disciplinas do Curso de Pedagogia, o ensino por meio da pesquisa, a inserção social, o aprofundamento e a produção do conhecimento, a aprendizagem, a qualidade de formação e a qualidade na formação. O próprio espaço físico do laboratório é educativo além de funcional. Está organizado em cinco áreas, com as finalidades respectivas, que podem ser utilizadas separadamente ou integradas: 1) oficina de arte: criação e desenvolvimento de jogos e de materiais pedagógicos, direcionados à Educação Básica; 2) área dos jogos pedagógicos: manutenção de acervo e de utilização de jogos, conforme as etapas do desenvolvimento infantil e sua aplicação pedagógica; 3) área da literatura e faz de conta: acervo de livros infantis, infanto-juvenis, gibis e fantasias, a serem utilizados em projetos que envolvam literatura, teatro, fantasia, contação de histórias, entre outros; 4) área dos brinquedos: acervo de brinquedos; desenvolvimento de projetos que envolvam o brincar espontâneo, associados a etapas do desenvolvimento infantil e à sua aplicação pedagógica; 5) área de formação e discussão pedagógica: aprofundamento e sistematização de conhecimentos na área da ludicidade e de educação pela prática reflexiva (planejamento, discussões e avaliação). As atividades, oficinas e projetos desenvolvidos no Laboratório Lúdico Pedagógico concretizam a sua proposição metodológica de integrar o ensino, a pesquisa e extensão e propiciar uma melhor formação aos futuros licenciados, ao mesmo tempo em que promove a melhor qualidade de vida à comunidade na qual está inserida. As atividades permanentes tem a finalidade de organização da equipe e manutenção do espaço físico, tendo em vista o atendimento da comunidade universitária e externa. Destacam-se entre elas: seleção e treinamento dos estagiários e monitores; manutenção e dinamização do espaço físico do laboratório; atendimento aos acadêmicos e professores; controle de empréstimos de material; organização do calendário e regras para a utilização do espaço; planejamento, organização e divulgação das ações; registro das atividades, elaboração de relatórios e avaliação contínua do desenvolvimento da proposta. De 2008 a 2022, foram desenvolvidos 31 projetos, com duração de 1 a 6 anos, com equipes compostas de 1 a 8 professores coordenadores e supervisores. Participaram diretamente nos projetos milhares de acadêmicos. O público-alvo atendido foram crianças e adolescentes da Educação Básica, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, professores de diversos níveis de ensino e comunidade em geral, estudantes de graduação e pós-graduação, além dos acadêmicos participantes das equipes – centenas de voluntários e bolsistas de monitoria, extensão e pesquisa. O desenvolvimento dos projetos resultou em inúmeros produtos que passaram a fazer parte do acervo do laboratório e são utilizados no desenvolvimento das atividades de extensão, ensino e pesquisa. Foram desenvolvidas dezenas de oficinas, cursos e eventos presenciais e em ambiente virtual, com milhares de participantes, sendo eles, acadêmicos, profissionais da saúde e da educação, pais, professores dos diversos níveis de ensino, alunos da Universidade aberta da Terceira Idade (UATI) e comunidade. Os resultados dos trabalhos e pesquisas desenvolvidas foram publicados em congressos nacionais e internacionais, em eventos regionais, em periódicos e capítulos de livros. A análise das avaliações da comunidade atendida demonstrou a importância do LALUPE e relevância das ações desenvolvidas. As avaliações dos participantes, em sua maioria professores, deixaram claro que essa articulação é benéfica para a melhoria da Educação Básica, através do incentivo e melhoria da formação continuada dos professores. A partir da oferta do PROFEI na UEPG, o laboratório também está sendo utilizado para a elaboração e testagem de produtos educacionais resultantes das dissertações dos mestrados. Destacaram, ainda, que as ações desenvolvidas promovem a valorização do brincar e das atividades lúdicas, a motivação na prática pedagógica do professor demonstrando entusiasmo ao ensinar, contribuindo para a aprendizagem mais prazerosa da criança. Bem como o contato benéfico com uma variedade de materiais



pedagógicos que pode auxiliá-los em suas práticas em sala de aula. As ações desenvolvidas se destacaram pela contribuição na formação de profissionais capazes de utilizar o pensamento conceitual diante da realidade, permitindo intervenções sólidas e consistentes junto à comunidade.

LAMPE

O Laboratório Multidisciplinar de Ensino do Curso de Pedagogia – LAMPE”, também pode ser utilizado pelos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, por seu caráter multidisciplinar e foco na Educação básica. Está localizado na sala B118 configura-se em um projeto de Extensão que tem por objetivo desenvolver atividades de cunho pedagógico, considerando a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em conjunto com a comunidade universitária e externa. O Laboratório tem um caráter transdisciplinar e constitui-se a partir de ações das disciplinas de Alfabetização e Letramento, Fundamentos teórico-metodológicos de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia e dos estágios de docência e gestão na Educação Básica. Ao configurar-se num espaço de contextualização das disciplinas, os aspectos em comum são explorados, analisados e vivenciados em seus âmbitos teórico-práticos. Por meio das ações do laboratório são oferecidos subsídios teórico-práticos a acadêmicos e professores da universidade e da escola com conhecimentos relacionados à práxis pedagógica. O espaço também oferece aos acadêmicos um acervo constituído de jogos, livros de literatura infantil, fantasias, entre outros, para a utilização nas aulas práticas na universidade e nos estágios, bem como na oferta de cursos, minicursos e oficinas à comunidade interna e externa. Considerando o cenário e as políticas públicas vigentes que induzem à problematização e discussão diante do contexto atual referente ao curso de Licenciatura em Pedagogia, reitera-se a importância em buscar unidade entre a universidade e a escola a partir também da extensão, por meio de formação continuada dos professores. Essa demanda desperta para novas ações e pesquisas, ou seja, desafios de como organizar, planejar e articular o processo formativo docente de forma contínua e convergente. Dessa maneira, as ações de ensino, pesquisa e extensão promovidas a partir das proposições do/no LAMPE tem como proposta articular, unir, ligar, aproximar, relacionar as ações de maneira horizontal, simultaneamente, de modo a compreender a universidade e a escola como campos formativos docentes.

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA – LAINFO

O Laboratório de Informática (LAINFO), localizado no Bloco B do Campus Central, Sala B-115, destina-se à utilização por professores e alunos em aulas teórico práticas, na pesquisa, nos projetos de extensão ofertados à comunidade que utilizam Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e promovem a alfabetização digital. As TICs, cada mais, tornam-se parte indispensáveis na formação pessoal, social, profissional e educacional. Sua relevância no acesso à informação, sua participação nos processos de ensino-aprendizagem e sua presença cada vez maior no meio social por si só já justificam a existência de estudos dessa área na formação de professores. Nesse sentido, a formação de professores requer mudanças estruturais e funcionais, tanto no que diz respeito à fundamentação que orienta o trabalho com a informática quanto ao acesso para a familiarização, aquisição de conhecimentos técnicos e metodológicos que permitam o exercício e desenvolvimento de diferentes práticas pedagógicas envolvendo as tecnologias. O acesso de materiais e de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), como os de informática, possibilitam ao corpo docente e discente do Curso utilizar o Laboratório de Informática como recurso tecnológico e pedagógico no processo constante de construção do conhecimento, permitindo a inclusão digital para melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem. Os equipamentos integrados ao computador, como projetores de multimídias e lousa, podem ser utilizados pelos professores na preparação do material didático para exposição de sua aula. O acesso à rede mundial de computadores (internet) é uma realidade e está estendida à comunidade acadêmica em computadores da instituição. Esse recurso também permite acessar ao Ambiente Virtual de Aprendizagem onde estão



disponíveis as disciplinas ofertadas na modalidade EaD, bem como conhecer e aprimorar os seus conhecimentos relativos à Tecnologia Assistiva.

10.3 Biblioteca

Para a execução de suas atividades, a biblioteca central tem um Regimento Interno e um organograma aprovados através da Resolução n.º 008, de 07 de abril de 1993, que dispõe a respeito de sua estrutura funcional e física. O sistema de bibliotecas é composto por duas unidades, campus central e campus de Uvaranas e uma de segundo grau (Colégio Agrícola Augusto Ribas). A Biblioteca Central é depositária de todo o material bibliográfico existente na UEPG, não importando a sua localização e forma de incorporação patrimonial. O acervo foi automatizado em 1989 e, no início do ano de 1997, passou a funcionar em rede local mediante a utilização do software Microisis e em 2004 passou a ser controlado por um banco de dados em Linguagem Centura SQL Windows e banco de dados Sybase. A seleção de material, bibliográfico ou não, fica a cargo do corpo docente da Instituição. As solicitações são analisadas e homologadas pelos membros da Comissão Consultiva da Biblioteca, que é composta pela Diretora da Biblioteca, docentes representantes dos cinco setores de ensino (Ciências Exatas e Naturais, Ciências Agrárias e de Tecnologia, Ciências Biológicas e da Saúde Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Letras e Artes), um representante da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, um representante da Biblioteca Central e um representante discente. A Política de Desenvolvimento de Coleções foi aprovada pelos Conselhos Superiores, através da Resolução n.º 008 de 07 de abril de 1993, calcada na filosofia da Instituição, com critérios bem definidos, facilitando a tomada de decisão no desenvolvimento racional da coleção da Biblioteca Central. As coleções são de livre acesso ao público em geral e podem, com exceção das obras de referência, ser emprestadas aos membros da comunidade universitária, inscritos nas diversas bibliotecas do sistema. Os recursos humanos compõem um quadro de pessoal técnico-administrativo composto por 22 funcionários, dentre os quais 07 são bibliotecários, 06 técnicos em biblioteca, 01 técnico administrativo, 02 auxiliares administrativo, 04 auxiliar operacional, 01 técnico de nível superior e 01 estagiário APAE. Em termos de números a Biblioteca Campus Central conta com 28.448 títulos com 42.476 exemplares e a Biblioteca do Campus de Uvaranas conta com 27.499 títulos e 48.850 exemplares. Em relação ao Acervo de Periódicos a Biblioteca Campus Central conta com 326 títulos e 19.577 exemplares, a Biblioteca do Campus de Uvaranas conta com 567 títulos e 25.374 exemplares.

11. ACESSIBILIDADE

O curso irá funcionar no Centro Integrar da UEPG que tem por finalidade: Formação Docente para a Educação Básica e Ensino por meio de diversos programas, entre os quais o PARFOR. O centro conta com 1 (uma) sala de coordenação e supervisão; 1 (uma) sala para a coordenação do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, 1 (um) laboratório de informática, 1 (um) anfiteatro para 200 (duzentas) pessoas com rampas de acesso; 2 (duas) instalações sanitárias masculina, 2 (duas) instalações sanitárias feminina, e 2 (duas) instalações sanitárias para portadores de necessidades especiais; 1 (um) elevador para portadores de necessidades especiais, 4 salas de aula e ainda hall de entrada com piso tátil; copa; cozinha e depósito.

Em termos de acessibilidade estão disponíveis pisos táteis, óculos que auxiliam a leitura para os alunos com deficiência visual, cadeiras de rodas e bancadas adaptadas. E a UEPG conta também com Comissão Permanente de Apoio aos Acadêmicos com Necessidades Educativas Especiais – CAD que tem por objetivos: I - sugerir políticas e ações que assegurem a acessibilidade arquitetônica, comunicacional, atitudinal e metodológica na UEPG; promover o exercício dos direitos fundamentais da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, em condições de igualdade, visando sua inclusão social, possibilitando o exercício pleno de sua cidadania; auxiliar na permanência, participação e aprendizagem dos discentes que



necessitam de atendimento educacional especializado; coordenar a execução das atividades de apoio e suporte à comunidade acadêmica da UEPG, quanto às necessidades dos discentes atendidos pela CAD, de forma a garantir a inclusão em todos os espaços da Instituição; incluir a pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na comunidade universitária, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, respeitando suas características, interesses e necessidades de aprendizagem; adotar medidas individualizadas e coletivas que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos discentes atendidos, buscando a igualdade de oportunidades e a não discriminação.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

(espaço livre para demandas específicas de cada curso)

13. ANEXOS

Apresentar em anexo:

(Disponíveis em: <https://www2.uepg.br/prograd/diretoria-de-ensino/projetos-pedagogicos/#formularios-pedagogicos>)

Declaração de aceite dos Departamentos para cada disciplina da nova matriz curricular.

ANEXO II.

Extrato de Ata de cada Departamento aprovando a oferta de disciplina(s).

Tabela de equivalência de todas as disciplinas do currículo atual para o novo, com código e carga horária. No caso de cursos que são ofertados como Licenciatura e Bacharelado, ou Presencial e EaD, apresentar tabela de Equivalência entre eles.

ANEXO III

Extrato da Ata do Colegiado de Curso aprovando o novo Projeto.

Ponta Grossa, Dia/Mês/Ano

COORDENADOR(A) DO CURSO



FLUXOGRAMA DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

1º SEMESTRE	Fundamentos da Educação	Introdução aos Estudos Universitários	Psicologia da Educação	Introdução à Língua Brasileira de Sinais (Libras) e aos Estudos Surdos	Didática	Ética e Educação Especial	Neurociências e educação
405	501 60 4	501 60 4	501 60 4	510 60 4	509 60 4	501 45 4	501 60 4
	EaD + 1 Ext	EAD				EaD	
2º SEMESTRE	Educação Musical e Inclusão Escolar	Direito Educacional e Inclusão Escolar	Política Educacional	Tecnologia da Informação e Comunicação e a Educação Inclusiva	Fundamentos da Educação Especial Inclusiva	Transtornos do Neurodesenvolvimento e aprendizagem escolar	Prática I
405	508 60 4	501 60 4	501 60 4	203 60 4	501 60 4	508 45 4	501 60 2
						EaD	2
							2
3º SEMESTRE	Tecnologia Assistiva e Educação Especial	Alfabetização e Letramento na perspectiva inclusiva	Deficiência Auditiva/Surdez: processos de ensino e aprendizagem	Libras	Desenvolvimento atípico e intervenção precoce na Educação	Prática II	
405	203 60 4	509 75 5	501 75 5	510 60 4	501 60 4	501 75 2	
						3	
4º SEMESTRE	Artes Visuais e Inclusão	Matemática na perspectiva inclusiva	Deficiência intelectual: processos de ensino e aprendizagem	Educação Infantil e Inclusão	Estágio Supervisionado I: Instituições especializadas	Prática III	
405	508 60 4	509 60 4	501 75 5	501 60 4	501 75 5	501 75 2	
						3	
5º SEMESTRE	Currículo e Educação Escolar Inclusiva	Deficiência visual: processos de ensino e aprendizagem	Estratégias Universais para a inclusão escolar	Coprevidade e Deficiência	Estágio Supervisionado II: Educação infantil	Prática IV	
405	501 60 4	501 75 5	509 60 4	304 60 4	501 75 5	501 75 2	
						3	
6º SEMESTRE	Deficiência Física: processos de ensino e aprendizagem	Transtorno do Espectro Autista: processo de ensino e aprendizagem	Comunicação alternativa Ampliada	Gestão Educacional	Estágio Supervisionado III: anos iniciais AEE	Prática V	
420	501 75 5	501 75 4	501 45 4	509 60 4	501 90 6	501 75 2	
			EAD			3	
7º SEMESTRE	Altas habilidades e Superdotação: processo de ensino e aprendizagem	Plano Educacional Individualizado(PEI): Avaliação e intervenções	Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI)	Disciplina de aprofundamento	Estágio IV: anos finais EF e Ensino Médio/AEE	Prática VI	
390	501 75 5	501 60 4	501 60 4	501 60 4	501 90 6	501 45 3	
			EaD				
8º SEMESTRE	Avaliação em Educação Especial	Relações Étnico raciais e Educação Inclusiva	Disciplina de aprofundamento	Disciplina de aprofundamento	Disciplina de aprofundamento	Estágio Supervisionado V: público alvo da Educação Especial	OTCC
390	501 60 4	501 45 3	501 60 4	501 60 4	501 60 4	501 75 5	501 30 2
		EaD					
Disciplinas Formação Básica	Disciplinas Form. Espec. Profissional	Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	Prática de Ensino	Estágio Curricular	Disciplinas EAD	
810	1365	240		405	405	300	
Extensão como Componente Curricular	Total	___ª Série	Nome da Disciplina				
324	3225	CH	COD. CH				
		CH-1% CH-2%	CH-1% CH-2%				